



Índice

- 01** Comissão de Direitos Humanos se ocupará mais da questão indígena, diz Ana Rita
- 02** Santo Antônio Energia valida documento com ações de mitigação e compensação para povos indígenas
- 03** Governo de Serra Talhada cadastra comunidades quilombolas
- 04** Inauguração de casa de farinha na comunidade quilombola de Curralinho
- 05** Grupo da ONU reconhece racismo como problema estrutural da sociedade brasileira
- 06** MS – Polícia Federal tenta responsabilizar CONDEPI e outras entidades pelo destino dos indígenas nas retomadas
- 07** O gatilho da ofensiva ruralista, por Luísa Molina
- 08** Quilombolas são indenizados depois de agressão policial
- 09** Donativos são recebidos com festas em comunidades de outras cinco ilhas
- 10** Justiça condena acusados de extrair minérios em terra indígena de Roraima
- 11** Espírito Santo é Condenado a Pagar R \$ 100 mil de indenização a quilombolas da Comunidade de São Domingos
- 12** Nota pública contra o genocídio dos 5 mil Guarani Nandeva de Yvy Katu
- 13** PMs retiram índios e ativistas que ocupavam prédio vizinho a museu no Rio
- 14** Índios acusam Consórcio Maracanã de ocupar terreno no Rio de Janeiro



- 15** Após 4 ordens de despejo, índios anunciam "morte coletiva"
- 16** Índios pedem que Coca-Cola não compre açúcar de suas terras
- 17** Índios: 0,4% da população, 0% de produção e 13% do território nacional
- 18** Presidente da Funai diz que são necessárias ações concretas para resolver conflitos entre produtores e índios
- 19** Funai e religiosos missionários jogam índios contra agricultores em Mato Grosso do Sul
- 20** Mara quer reforma agrária indígena
- 21** Deputado ruralista defende "cacete" em indígenas
- 22** Evento discute políticas para povos indígenas no Brasil
- 23** Direitos de povos indígenas apresentam retrocesso
- 24** Dourados lança dia 18 Ação Saberes Indígenas na Escola
- 25** Lei autoriza Executivo abrir crédito no orçamento para o Fepati
- 26** Nesta terça-feira acontece reunião para o 1º Encontro Nacional de Negr@s da CSP
- 27** Apoio das Mulheres Camponesas aos povos indígenas do Brasil
- 28** Charles Carmo: Catadores de recicláveis querem efetivar direitos
- 29** Preconceito e violência fazem terreiros se esconderem em BH
- 30** Programa Nacional de Habitação Rural é apresentado para quilombolas em Caçapava do Sul
- 31** Belo Horizonte, 116 anos: Belo ou Triste Horizonte?, por Gilvander Luís Moreira



Comissão de Direitos Humanos se ocupará mais da questão indígena, diz Ana Rita
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 13.12.2013

"Trabalhamos muito em 2013 e vamos continuar no mesmo ritmo em 2014, focando de forma mais permanente na questão indígena". Assim a senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), referiu-se às votações, audiências públicas e debates realizados ao longo do ano para ajudar o país a superar obstáculos ainda hoje enfrentados na garantia de direitos fundamentais assegurados pela Constituição.

- A CDH fez um trabalho incansável, as demandas foram muitas, mais de 80 denúncias de violações de direitos humanos chegaram até nós. Todas essas denúncias foram encaminhadas, a fim de encontrarmos soluções.

Entre os temas relevantes aos quais a Comissão se dedicou este ano, a senadora mencionou as cotas raciais, objeto de audiência pública que ela considerou valiosa para o equacionamento do assunto. Pouco depois dessa audiência, a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso projeto de lei que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas em concurso público. Em defesa do projeto, o governo diz que pretende iniciar a mudança na composição racial dos servidores públicos, tornando-a efetivamente representativa da população.

Para Ana Rita, tão importante quanto esse projeto foi a criação da CPI para investigar os altos índices de assassinatos de jovens negros no Brasil, assim como a intensa discussão que suscitou a iniciativa que criminaliza a discriminação de homossexuais. Embora reconhecendo que o projeto hoje se encontre submetido a um pedido de vista formulado pelos senadores, ela considerou significativo que o relatório do senador Paulo Paim (PT-RS) sobre o assunto já tenha sido lido. Na última reunião da Comissão, invocando o discurso pacificador de Nelson Mandela, Paim fez apelo aos integrantes do colegiado para que digam não ao ódio e aprovelem seu texto.

"Foi da maior importância o debate, a apresentação do relatório e a leitura desse projeto contra a homofobia. Esse projeto estava há quase sete anos tramitando na Casa. Ele é importante para a sociedade tanto quanto as questões raciais, os conflitos agrários, a adoção de menores, o trabalho da Comissão da Verdade e a questão indígena. No ano que vem, no propósito de eleger temas ainda mais prioritários, vamos focar de forma mais permanente na questão indígena. É um assunto que pautamos este ano, mas que merece continuar sendo debatido no próximo ano".



Santo Antônio Energia valida documento com ações de mitigação e compensação para povos indígenas

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 13.12.2013

Serão contemplados mais de 400 indígenas dos povos Karipuna, Karitiana e Cassupá

A Santo Antônio Energia acaba de validar com os povos Karipuna, Karitiana e Cassupá e também com a Fundação Nacional do Índio (Funai) o Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI), que é um documento que estabelece ações de mitigação e compensação aos povos indígenas sob a influência da Hidrelétrica Santo Antônio.

No documento constam cinco áreas de concentração que são Produção e Sustentabilidade, Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural, Proteção Territorial, Gestão do PBA-CI e Saúde. Na área de Saúde, por exemplo, será firmado um Termo de Cooperação com a Secretaria Especial de Saúde Indígena, através do Distrito Sanitário Especial Indígena de Porto Velho, para a entrega, pela Santo Antônio Energia, de veículos, equipamentos, insumos e materiais educativos. Também serão executadas obras como a ampliação e reforma da Casa de Saúde do Índio, a construção do módulo sanitário e poço tubular na aldeia Bom Samaritano, na Terra Indígena Karitiana, que são ações previstas para começar no próximo ano.

Todas as ações foram propostas de forma a mitigar os impactos indiretos identificados nos Diagnósticos Socioambientais das Terras Indígenas Karitiana, Karipuna e Cassupá, realizados nos anos de 2011 e 2012. Durante a elaboração dos diagnósticos e do PBA-CI houve o acompanhamento da Funai e participação indígena. Vale ressaltar que os indígenas não foram apenas consultados previamente, mas participaram na elaboração e proposição das ações. "Este processo permitiu à comunidade indígena ser ouvida e respeitada para que pudéssemos estabelecer ações que realmente melhorem sua qualidade de vida mas, ao mesmo tempo, que preservem sua cultura e mitiguem os impactos indiretos do empreendimento", explica a cientista social da Santo Antônio Energia, Lia dos Santos.

As reuniões contaram com a presença de antropólogos, biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, enfermeiros, nutricionistas, indígenas, funcionários da Funai, entre outros profissionais. As demandas que surgiram desses encontros deram origem a um documento que foi entregue à Funai para aprovação. Neste mês, o documento finalmente foi validado pelos indígenas. "Este processo é realmente demorado devido ao seu detalhamento e às análises criteriosas que são feitas. O documento final é extenso e possui vários volumes", declara a cientista social.

O próximo passo será a assinatura do convênio entre a Santo Antônio Energia e a Funai, previsto para o próximo ano, para oficializar o projeto que, inicialmente, terá duração de dois anos e contemplará mais de 400 indígenas. Porém, mesmo antes da assinatura do documento, as ações já começaram a sair do papel. Já foi contratada a empresa que fará os projetos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 228 / 2013

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

arquitetônicos das obras do Programa de Produção e Sustentabilidade para as aldeias que receberão casas de farinha, agroindústria, armazenamento de produtos agrícolas, garagem com depósito de materiais e ferramentas, espaços multiuso, entre outros. Consultores para capacitações nas áreas da educação e de produção agrícola também estão sendo contratados. "Este trabalho mostra que os indígenas estão sendo assistidos e que receberão auxílio para que consigam viver com autonomia e sustentabilidade dentro de seus próprios territórios", conclui Lia dos Santos.

Os trabalhos que serão feitos a partir da validação do Projeto Básico Ambiental - Componente Indígena (PBA-CI) são uma continuidade das ações que a Santo Antônio Energia já executa com as comunidades indígenas desde 2008. Como exemplos de trabalhos já realizados estão a construção de dois postos de saúde indígena, nas terras Karipuna e Karitiana, construção de duas escolas indígenas nos mesmos locais, dois postos de vigilância, entre outras ações.

Fonte: Carla Nascentes

Governo de Serra Talhada cadastra comunidades quilombolas

SÍTIO PREFEITURA DE SERRA TALHADA, 14.12.2013



A Diretoria de Igualdade Racial da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Igualdade Racial de Serra Talhada, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município estão efetuando o cadastramento dos quilombolas da capital do Xaxado como comunidades tradicionais de acordo com a Política do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O trabalho de cadastramento teve início na última terça-feira (10) na comunidade de Luanda. Na quinta-feira (12) foram cadastradas as famílias do quilombo da Ponta da Serra, este quilombo já foi reconhecido pelo Governo Federal.

O cadastramento objetiva um conhecimento maior dessas populações e assim, poder respeitar à diversidade, à maneira específica como vivem e se relacionam com a sociedade.

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) está seguindo o guia de orientações do MDS, que tem por objetivo auxiliar a gestão municipal do Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

A SDS está realizando busca ativa nas comunidades quilombolas já identificadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Igualdade Racial do município. A correta identificação das famílias possibilita sua inclusão em ações de políticas específicas que visem a melhoria de suas condições de vida.

Segundo Elis Lopes, diretora de Igualdade Racial em Serra Talhada “nos últimos anos muitos avanços foram garantidos pelo Governo Federal com políticas públicas voltadas especificamente para estas comunidades, agora, a gestão municipal aponta caminhos para inclusão das mesmas, identificando e valorizando a presença histórica desses territórios em Serra Talhada”.

Para Elis é fundamental o empenho de todos os profissionais envolvidos no processo de cadastramento, uma vez que a inclusão no Cadastro Único “dá visibilidade a essas famílias, por vezes negligenciadas e afastadas das políticas públicas”, disse ela e frisou: “é preciso conhecer para incluir”.

Para o secretário de Desenvolvimento Social, Josenildo André Barbosa, o Cadastro único é um importante instrumento de identificação dessas famílias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 228 / 2013

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

Em Serra talhada, 14 comunidades já foram identificadas como remanescente de quilombos. A identificação deve-se a um trabalho árduo da Diretoria de Igualdade Racial que recebeu a tarefa do prefeito Luciano Duque e pôs em prática e, em tempo recorde já conseguiu o reconhecimento federal de uma destas comunidades, no caso o Quilombo da Ponta da Serra.



Inauguração de casa de farinha na comunidade quilombola de Curralinho
SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 14.12.2013

Local:

Comunidade remanescente de quilombolas de Curralinho

Horário:

14/12/2013 às 09:00h

Endereço:

BR-156, Km 9, na margem direita do ramal do Curralinho

Contatos:

Roberto dos Santos/SDR: 9143-6672

Com a meta de desenvolver e fortalecer a economia do Amapá, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e em parceria com a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração (Seicom) e órgãos ligados ao setor produtivo, inaugura neste sábado, 14, às 9h, na comunidade remanescente de quilombolas de Curralinho, mais uma casa de farinha, ação do Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Agroindústria do Amapá (Proagroindústria), coordenado pela Seicom.

O convênio foi firmado entre o GEA/SDR e a Associação de Moradores Remanescentes de Quilombolas de Curralinho (Amorquic), no valor de R\$ 48.804,71, referente à construção de uma casa de farinha com um forno mecanizado, dois fornos manuais e mais equipamentos. O empreendimento atenderá os produtores rurais da região - cerca de 20 famílias - e comunidades circunvizinhas. Os moradores de Curralinho também são beneficiários do Programa Territorial de Agricultura Familiar e Floresta (Protaf).

Além da estruturação e construção das casas de farinha, o Proagroindústria prevê ainda a capacitação na área de gestão, boas práticas na fabricação, controle de qualidade, acompanhamento e supervisão de todas as fases de implantação, uma ação integrada dos órgãos ligados ao setor produtivo do Estado que visa o desenvolvimento e fortalecimento da economia do Amapá.

Grupo da ONU reconhece racismo como problema estrutural da sociedade brasileira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.12.2013



Isabela Vieira, Repórter da Agência Brasil

Rio de Janeiro – O Grupo de Trabalho das Nações Unidas (ONU) sobre Afrodescendentes apontou hoje (13), ao encerrar visita de dez dias ao Brasil, um grande contraste entre a precariedade da situação dos negros e o elevado crescimento econômico do país. A comitiva das Nações Unidas esteve em cinco cidades, reuniu-se com autoridades e representantes da sociedade civil, visitou favelas e quilombos.

Em comunicado à imprensa, os especialistas da ONU destacaram que, entre negros e brancos, existem desigualdades de acesso à educação, à Justiça, à segurança e a serviços públicos. O grupo identificou também racismo “nas estruturas de poder, nos meios de comunicação e no setor privado”. Segundo os representantes da ONU, apesar de serem metade da população brasileira, os negros estão “subrepresentados e invisíveis”.

“Os afro-brasileiros não serão integralmente considerados cidadãos plenos sem uma justa distribuição do poder econômico, político e cultural”, disseram a francesa Mireille Fanon-Mendes-France e argelina Maya Sahli, integrantes do grupo de trabalho ONU. Elas apresentaram à imprensa conclusões preliminares, que vão compor um relatório com recomendações ao governo brasileiro

Mireille e Maya reconheceram o esforço do governo brasileiro para enfrentar o problema, citando a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado em 2010, depois de dez anos de tramitação, e a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às cotas nas universidades. Outra ação elogiada foi o projeto de lei que reserva vagas para negros no serviço público.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 228 / 2013

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

Para as especialistas, no entanto, o caminho para o fim do racismo e da discriminação pela cor de pele no Brasil é longo. “Não é que o governo não esteja fazendo o suficiente. Ele faz o que é possível. A correlação de forças é que ruim”, afirmou Mireille.

No projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional, o governo propõe que 20% das vagas dos concursos públicos sejam reservadas para pretos e pardos. O projeto recebeu emendas de deputados que sugeriram a reserva para 50% das vagas, com objetivo de se aproximar do total de negros na população brasileira (50,7%) e para o preenchimento de cargos em comissão.

O grupo da ONU, que está no Brasil a convite do governo federal, passou por Brasília, Recife, Salvador e São Paulo. A viagem terminou no Rio e o relatório conclusivo será apresentado no ano que vem.

Procurada pela Agência Brasil, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) não se pronunciou.

Edição: Nádia Franco



MS – Polícia Federal tenta responsabilizar CONDEPI e outras entidades pelo destino dos indígenas nas retomadas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.12.2013

CONDEPI-MS

COMITÊ NACIONAL DE DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL

“... Que aprovada a lei todos os Deputados requereram as terras desapropriadas para pessoas de suas respectivas famílias; que esses requerimentos foram publicados no diário Oficial do Estado cujo número teve a tiragem de 2 exemplares ficando um em Cuiabá e o outro veio para as comarcas das regiões desapropriadas para fins de registro imobiliários; que a Lei desapropriatória citada é a de número 1.077, de 1º de abril de 1958; que o depoente contou mais de oito parentes do Deputado Rachide Mamede entre os que requereram a concessão das terras indígenas desapropriadas; que existe ainda o caso dos índios Kaiua, na região de Dourados, onde o estado novo criou uma zona de colonização e desapropriou todas as terras dos índios, deixando-os absolutamente sem qualquer gleba; que o responsável é o próprio Ministério da Agricultura a qual estava subordinado o SPI ...” (Relatório Figueiredo, pag. 2781 – Depoimento Helio Jorge Bucker em 19/11/1967).

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Desde sua criação em 25/11/2011, o CONDEPI – Comitê Nacional de Defesa dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul -, como muitas outras instituições e entidades decentes do País, escreve às diferentes autoridades, nacionais e estaduais, não só tentando fazer com que a Constituição seja cumprida, como buscando garantir que pelo menos o não cumprimento do capítulo “Dos Índios” não signifique a perpetuação do atual genocídio.

Agora, ante diversos mandados de ‘reintegração de posse’ expedidos por alguns prestimosos, diligentes, rápidos, zelosos e eficientes operadores da justiça togada do MS, o CONDEPI vem-se preocupando, entre outras coisas, com a forma como se darão essas reintegrações, se não conseguirmos derrubá-las, considerando os resultados do passado próximo. Assim, juntamente com outras entidades, encaminhou um ofício à Polícia Federal, solicitando que, em eventuais processos de ‘reintegração de posse’, seja observado o Manual do governo federal que estabelece diretrizes sobre esses procedimentos. A resposta foi um ofício irônico, que tenta responsabilizar as entidades pelo destino dos indígenas.

CONT.



O delegado Alcídio de Sousa Araújo, que o assina, começa por se mostrar ciente da existência do "Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 11 de abril de 2008", que estabelece normas para o cumprimento de ações emanadas de decisões do judiciário.

A partir daí, lembra ao CONDEPI (a quem se dirige, através da dirigente Neyla Ferreira Mendes) que a referida norma prescreve a articulação com instituições governamentais e não governamentais, como a OAB e outras, para estarem presentes durante as "negociações e eventual operação de desocupação". E continua convidando "essa renomada instituição" a contribuir nos "trabalhos de negociação com os indígenas invasores da área" [SIC]. Tudo, segundo ele, "com o especial intuito de evitar embates fundiários", referindo-se especificamente ao cumprimento da ordem judicial concernente à chamada Fazenda Remanso Guaçu, em Japorã, reivindicada por Flávio Páscoa Telles de Menezes.

Como se não bastasse, o delegado dedica um novo parágrafo para cobrar ação "urgentíssima" do CONDEPI com relação à chamada fazenda Chaparrau, "cuja desocupação deve ser cumprida imediatamente. Encerrando, dá um prazo de cinco dias, "considerando a urgência que o caso requer", para que a agora "tão zelosa entidade" informe quais as medidas "realizadas" [sic] "durante todo o período já transcorrido desde o início das invasões" e quais as providências tomadas pelo CONDEPI para solucionar a questão "de forma pacífica". E anexa cópias da Carta Precatória assinada pelo juiz Eduardo Lacerda Trevisan em 3 de dezembro, e outros documentos, além de se colocar à disposição para eventuais dúvidas por e-mail e por celular.

Ninguém desistiu, entretanto: outro ofício foi feito, reiterando o primeiro, e entregue pessoalmente ao superintendente da Polícia Federal. Lá estavam reunidos vários delegados, inclusive um especialista em formação de quadrilha, e no 'diálogo' que se estabeleceu pareceu que a PF pretende mesmo transferir para as entidades que lutam pela justiça para os povos indígenas a responsabilidade por tudo o que vem ocorrendo e vier a acontecer no Estado, com destaque para o Cimi.

Quanto aos 'procedimentos', a resposta não escrita foi de que, se não houver alteração na determinação da Justiça Federal de Navirai, eles não irão lá para levar "bolo de chocolate", porque "não têm no orçamento deles bolo de chocolate". Só podem comprar bombas de gás e bala de borracha, "além de outros equipamento para uso progressivo da força, se for necessário". A ironia se mantinha, pois, deixando no ar a ameaça de que, se houver de fato confronto, muitas pessoas podem sair feridas e, mesmo, morrer.

Não há muito o que comentar, em meio a tanta revolta e indignação. Vou me limitar, pois, a usar do mesmo estilo do delegado e levantar apenas uma questão: quando ele pede que o CONDEPI informe quais as medidas tomadas "durante todo o período já transcorrido desde o início das invasões", será que não sabe que o criamos somente em 2011? Como quer que recuemos no tempo e nos responsabilizemos por 513 anos de assassinatos, de estupros, de esbulhos, de violência genocida, enfim?

Abaixo, cópia do ofício do delegado Alcídio de Sousa Araújo, da Carta Precatória e, em ordem

CONT.



cronológica, links para as principais matérias sobre o CONDEPI ou nas quais ele foi ator.

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 - V. Sobrinho - Cep 79110-503 - C. Grande MS Home Page: http://www.dpf.gov.br / Email: cmatisms@dpf.gov.br Tel: (67) 3368-1100 Fax: (67) 3361-7989 Ofício nº 6348/2013 - SR/DPF/MS Campo Grande/MS, 10 de dezembro de 2013. A Sua Senhoria a Senhora NEYLA FERREIRA MENDES Comitê Nacional de Defesa dos Povos Indígenas do MS - CONDEPI Rua Raul Pires Barbosa, 1503 - Bairro Chácara Cachoeira - Sala 22 Campo Grande/MS CEP: 79.040-150 Email: condepi2011@yahoo.com.br Assunto: Comunica Senhor Presidente, Em atenção ao ofício 04F/2013, de vossa lavra, e visando dar cumprimento às ordens judiciais da Justiça Federal de Naviraí/MS atualmente vigentes e todas emanadas da Excelentíssima Dra. Juíza Federal ANA AGUIAR DOS SANTOS NEVES, tenho a comunicar o que se segue: Existe o Manual de Diretrizes nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, datado de 11 de abril de 2008 criado visando auxiliar as autoridades públicas encarregadas da aplicação da lei nas ações coletivas decididas pelo Poder Judiciário. Na referida norma, como uma das primeiras providências prescreve-se a articulação com os demais órgãos da União, Estado, etc, Comissões de Direitos Humanos OAB e demais entidades envolvidas com a questão agrária/fundiária para que se façam presentes durante as negociações e eventual operação de desocupação. Em atenção ao destacado Manual, tem o presente o condão de convidar essa renomada instituição para contribuir auxiliando nos trabalhos de negociação junto aos indígenas invasores da área, tudo com o especial intuito de se evitar embates fundiários decorrentes do fls. 1 / 2	 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 - V. Sobrinho - Cep 79110-503 - C. Grande MS Home Page: http://www.dpf.gov.br / Email: cmatisms@dpf.gov.br Tel: (67) 3368-1100 Fax: (67) 3361-7989 cumprimento à ordem judicial descrita no Ofício nº 2413/2013, da 1ª Vara de Mundo Novo relativo aos Autos nº 0001847-28.2013.8.12.0016 dando conta da decisão de reintegração da Faz. REMANÇO GUAÇU de propriedade do Sr. FLÁVIO PASCOA TELES DE MENEZES localizada no Município de Japorã/MS. Lembrando ainda que não se recebeu nenhuma resposta relativa aos expedientes anteriores encaminhados a Vossa Senhoria, que tratavam dentre outros assuntos, a negociação junto à comunidade indígena de saída pacífica da Fazenda invadida de nome CHAPARRAU cumprindo assim a ordem judicial de reintegração da referida propriedade. Chama-se atenção quanto às negociações no que toca à Faz. CHAPARRAU de forma urgentíssima, visto que a ordem judicial para a desocupação deve ser cumprida imediatamente. Da mesma forma, solicitam-se, num prazo de 05 dias, em razão da urgência que o caso requer, quais foram as medidas que tão zelosa entidade realizou a respeito dos fatos durante todo o período já transcorrido desde o início das invasões e sobre quais providências foram tomadas no sentido de solucionar o caso em questão de forma pacífica. Para maiores informações contactar esta Autoridade Policial pelo celular nº (67) 8141-4272 operadora TIM (E-mail institucional alcidio.asa@dpf.gov.br) e/ou APF ÁLVARO (67) 9677-9762. Segue anexa cópia do mandado referido. Atenciosamente, ALCÍDIO DE SOUSA ARAÚJO Delegado de Polícia Federal
--	--



fls. 50

 **Estado de Mato Grosso do Sul**
Poder Judiciário
Mundo Novo
1ª Vara

Ofício nº 2413/2013 Mundo Novo 03 de dezembro de 2013

Autos de 0001847-28.2013.8.12.0016

Carta Precatória
Autor: Flávio Pascoa Teles de Menezes
Ré: Comunidade Indígena Porto Lindo

Senhor Delegado:

Solicito a Vossa Senhoria que deem o apoio necessário para o Oficial de Justiça que deverá cumprir a Reintegração dos autores: Flávio Pascoa Telles De Menezes na posse da " Remanso Guaçu" localizada no distrito de Jacareí, município de Japorã-MS, ocupada pela Comunidade Indígena.

Eduardo Lacerda Trevisan
Juiz de Direito, em substituição legal

Ilmo. Sr.
Delegado da Polícia Federal
Navirai-MS

Mod. 990045506 - Endereço: Av. Campo Grande nº 375, Fax: (67) 3474-1033, Berneck - CEP 79980-000, Fone: (67) 3474-1633, Mundo Novo-MS - E-mail: mmv-1v@tjms.jus.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por EDUARDO LACERDA TREVISAN. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjms.jus.br/ajaj informe o processo 0001847-28.2013.8.12.0016 e o código 14F2194.

O gatilho da ofensiva ruralista, por Luísa Molina
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.12.2013



Por Luísa Molina, no Diário Liberdade

“Depois que nós finalizarmos a questão indígena, eu quero saber qual é o outro tema que eles vão inventar para poder atrapalhar a agropecuária brasileira”. Foi exatamente assim – sem meias-palavras e sem pudor algum – que a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) concluiu a sua fala na audiência pública da Comissão de Agricultura na última quarta-feira, 11 de dezembro, no principal auditório da Câmara dos Deputados.

Nada mais representativo do espírito do evento e do tom de seus participantes. Convictos de uma superioridade inabalável, parlamentares e latifundiários partem do princípio de que o seu setor detém autoridade moral absoluta sobre a República. Prova disso foi a instalação à força, na noite de terça, 10 de dezembro, da comissão especial para analisar a PEC 215. Ou mesmo a realização, a todo custo e a partir de ameaças, do que foi chamado de “Leilão da Resistência”, que em 7 de dezembro arrecadou mais de meio milhão de reais para ações contra indígenas em Mato Grosso do Sul, incluindo a formação de milícias.

A palavra é imponência. Em tudo o agronegócio se pretende e se diz grande (e qualquer semelhança com a tônica governista não é mera coincidência). Ruralistas e latifundiários estão se preparando para uma guerra, determinados a passar por cima de qualquer obstáculo para o seu setor. E no momento esse “obstáculo” chama-se terras indígenas.

Guerra a qualquer custo

CONT.



A audiência pública desta quarta, como o leilão em Mato Grosso do Sul, foi uma demonstração de força do agronegócio, disposição para o embate e total desprezo pelos direitos indígenas. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) montou no auditório da Câmara Federal um verdadeiro cenário com faixas contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelas “mãos calejadas que alimentam o Brasil”. Figuravam ali cerca de 350 trabalhadores rurais de pelo menos 7 estados (BA, TO, MA, MT, MS, PR e RS), todos com camisetas dadas pela própria CNA e chapéus de palha idênticos. Pareciam uniformizados.

Os deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Comissão de Agricultura investiam em seus discursos a estratégia clássica de tentar uma aproximação com os trabalhadores na “luta contra o inimigo comum” – os povos indígenas e seus apoiadores. E não faltaram falas, tanto de parlamentares como de trabalhadores, onde apareceram “índios importados do Paraguai”, “a rentável profissão de índio”, “a mão esmagadora da Funai” e muito mais.

De outro lado, reforçavam a imagem do trabalhador de mãos calejadas, injustiçado e expulso da sua terra. Trata-se não só de dois lados, mas principalmente de posicionar-se para o “enfrentamento” – uma das palavras que mais circulou por ali. Como o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), anfitrião do evento, fez questão de frisar: “quem fica em cima do muro é caco de vidro ou gato ladrão”. Heinze insistiu ao longo de toda a audiência para que os participantes narrassem processos de desintrusão (como a da terra indígena Marãiwatsédé), como se esses episódios fossem uma verdadeira tragédia, o grande pesadelo do latifundiário prestes a se espalhar por todo o país. Mais uma vez sobram imagens nas falas: famílias sendo arrancadas à força, suicídios, idosos em surto psicótico, crianças sofrendo. Além da raiva e do sentimento de injustiça, munições perigosas, se cultivava ali o medo.

“Debaixo de cacete”

“Está na hora de os homens assumirem o destino do nosso país, principalmente os produtores rurais”, afirmou Chico Maia, presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e um dos organizadores do chamado “Leilão da Resistência”. Às vésperas desse evento Maia afirmou publicamente: “para entrarmos numa batalha precisamos de recurso. Imagine se precisamos da força de 300 homens, precisamos de recurso para mobilização”. Em outra ocasião e ainda sobre o leilão, disse: “novos confrontos estão por vir e algo precisa ser feito para evitar novas mortes”. Já na audiência pública, depois de chamar o Ministério Público Federal de “frango de granja”, Chico Maia fez coro a outras dezenas de falas, quanto a expandir a proposta do leilão para outros estados.

Confrontos iminentes apareceram com nitidez nas falas e principalmente nos ânimos dos participantes. “Nós vamos fazer esse enfrentamento. Um enfrentamento duro. Em Mato Grosso do Sul e em todo o país”, afirmou o senador Waldemir Moka (PMDB-MS). Aplausos e as expressões de satisfação que rondaram o auditório quando o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), ao falar de como “lidaram” com “o problema indígena” no seu estado com violência. “Ninguém mais contrata advogado. Entrou hoje [indígena na terra], sai na madrugada do dia seguinte. Sai debaixo de cacete”. Ele prossegue, aconselhando outros a contratarem empresas de segurança: “4 horas da manhã você aborda o pessoal [que entrou na terra], chega o cravo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 228 / 2013

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

no primeiro que reclamar, dá-lhe um cacete, bota em cima de um caminhão e manda devolver". Queiroz, sem disfarçar um racismo quase caricato, disse ainda: "[os índios] querem ser civilizados. Nós todos um dia fomos índios. Nós, aliás, fomos macacos".



Quilombolas são indenizados depois de agressão policial

SÍTIO PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA, 15.12.2013

No Espírito Santo ação truculenta da Polícia Militar prendeu injustamente mais de 30 quilombolas

Em 2009 a Polícia Militar do Espírito Santo realizou um de seus atos mais brutais contra uma comunidade quilombolas.

Trata-se da prisão ilegal de mais de 30 quilombolas em uma operação promovida pelo então governador Paulo Hartung (PMDB), em que foi montado um verdadeiro aparato de guerra para prender os quilombolas e defender os interesses e propriedade de empresa particular.

Mais de 100 policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME), foram mobilizados além de três grupos da 5ª Companhia Independente, e segurança privada da Garra, que fazia a guarda privada da Aracruz Celulose.

As acusações, como de praxe, eram todas absurdas. Os quilombolas eram acusados roubo de eucalipto, mas nunca houve apreensão de madeira. Não havia mandato, nem qualquer outra justificativa que legitimasse a ação policial, tão somente o interesse da empresa em prender os quilombolas.

Após quatro anos foi julgada uma ação em que a juíza proferiu sentença favorável à indenização aos danos cometidos contra os quilombolas, que trabalhavam com os restos da Aracruz Celulose, após perderem terras para a empresa, sendo, assim, de grande interesse para a exploradora.

O que restava da exploração de eucalipto realizada pela empresa ainda é usado pelos quilombolas para a produção de carvão, atividade que restou às comunidades do antigo território do Sapê do Norte, após a chegada da Aracruz, no período da ditadura militar.

A juíza federal Mariana Carvalho Bellotti disse que "os relatos que constam do processo administrativo evidenciam o dano, ante as recorrentes comparações pelos quilombolas da situação vivida no dia em que ocorreram as prisões e o tratamento dispensado no passado aos escravos, perseguidos no mato por jagunços, desprovidos de direitos, em situação de indignidade, bem como o relato do sentimento de abandono pelo poder público, que não se compromete na defesa de seus direitos fundamentais na mesma medida em que se empenha para um mandado de busca e apreensão de madeira".

Contudo, a indenização é uma miséria de 100 mil reais pelos "danos morais coletivos", que não repara nem um milésimo os danos sofridos pelos quilombolas. E o valor será destinado para projetos de inclusão de comunidades quilombolas.



Por outro lado, não se fala uma linha sobre a punição aos policiais envolvidos na repressão aos quilombolas. Muito provavelmente estão todos por aí cometendo mais ilegalidades contra o povo.

Ou seja, a arbitrariedade é cometida contra dezenas de trabalhadores, e quatro anos depois é dada uma "indenização" ridícula, o que é o máximo que o estado burguês consegue oferecer aos quilombolas violados.

Não existe muito recurso quando o governo é incapaz de resolver os problemas dos quilombolas. Muito menos quando se juntam seguranças privados, PM e outros agentes repressores em defesa de interesses de empresas.

O Poder Judiciário também é responsável pelas agressões aos quilombolas, e, quando parece ser favorável à luta não consegue resolver minimamente as questões quilombolas, ao revés, sentencia de forma bem escrita, mas que, no fundo, não muda um centímetro a realidade dos quilombolas.

É um claro sinal que a luta dos quilombolas deve avançar para plataformas que garantam, de fato, o seu direito sobre a terra e trabalho, como a autodefesa e a titulação imediata de suas terras, para evitar ataques como os que ocorreram em 2009, no Espírito Santo e os que ainda ocorrem em todo Brasil.



Donativos são recebidos com festas em comunidades de outras cinco ilhas

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 15.12.2013

Comunidades ribeirinhas das ilhas Longa, Nova, Jutuba, Paquetá e João Pilatos receberam neste domingo, 15, cestas básicas e brinquedos do Projeto Natal D'Água. As embarcações saíram de manhã do píer do Grupamento Fluvial da Polícia Militar do Pará em direção às ilhas, retornando por volta das 14 horas. Duas lanchas do Grupamento deram apoio às embarcações que realizaram a entrega.

A chegada nas ilhas tem sido motivo de muita festa, principalmente quando as crianças avistam o Papai Noel e os brinquedos. A alegria é ainda maior quando são convidadas a participar das atividades recreativas elaboradas por educadores do Núcleo de Esporte e Lazer da Secretaria Estadual de Educação.

Os ribeirinhos agradeceram a presença dos voluntários, aos representantes do poder público e à iniciativa privada. Valdomira Magalhães Pinheiro, de 66 anos, moradora da Ilha Longa, agradeceu a presença de todos, lembrando a carência das comunidades residentes nas ilhas. "Eu nasci aqui. Antigamente as coisas eram mais difíceis. Hoje meus netos estudam na escola que existe aqui, mas mesmo assim ainda falta muita coisa, principalmente água tratada", revelou.

A professora e líder comunitária Sônia Souza Freitas preparou uma homenagem, feita pelas crianças da comunidade, que cantaram para os voluntários. Sônia afirmou que este é o segundo ano que a comunidade recebe os donativos. "Sem dúvida as cestas ajudam muito a comunidade e os brinquedos alegram as crianças. Somos muito gratos".

A entrega dos donativos na Ilha Longa foi coordenada pela assessora da Casa Civil, Daniele Khayat, que agradeceu o apoio dos parceiros do Natal D'Água pela realização de mais uma edição do projeto. "Estamos aqui para compartilhar este momento com vocês. Hoje é dia de festa, dia de união. Nosso objetivo é que o Natal D'Água traga alegria e que ajude as famílias a ter um Natal melhor", afirmou.

Na Ilha Jutuba receberam as cestas e brinquedos famílias e crianças das comunidades Jutuba I e Porção. Segundo a representante da comunidade, Rosa Peres, os donativos ajudam bastante. "De janeiro até abril as famílias passam muitas dificuldades porque a produção de açaí diminui muito e as chuvas intensas dessa época reduzem a quantidade de peixes", explicou ela, pedindo que o poder público ajude a comunidade, principalmente no que se refere aos problemas causados pela falta de água tratada.

Este ano o Projeto Natal D'Água vai distribuir, até o dia 22, 10 mil cestas básicas e 60 mil brinquedos para as comunidades ribeirinhas e dos municípios de Salinópolis, São Caetano de Odivelas e Abaetetuba, numa ação solidária que envolve voluntariado e parcerias do Governo do Estado com igrejas, Organizações Não Governamentais, empresários e comunidade em geral.



Justiça condena acusados de extrair minérios em terra indígena de Roraima
SÍTIO ECODEBATE, 15.12.2013

Envolvidos teriam dinamitado e retirado rochas em área de preservação permanente causando danos ambientais

A Justiça Federal acatou o pedido do Ministério Público Federal em Roraima e condenou três pessoas acusadas de extração ilegal de minérios em terra indígena. Os acusados são Antônio Belém de Macedo, Cícero Ivo Moura Bezerra e Elilson de Albuquerque Rocha Lima.

Conforme a denúncia do MPF/RR, os acusados extraíram recursos minerais da Comunidade Indígena Anaro sem qualquer autorização das autoridades competentes, causando danos ao meio ambiente e usurpando matéria-prima pertencente à União.

Ainda conforme o MPF/RR, os acusados Antônio Belém de Macedo e Cícero Ivo Moura Bezerra eram proprietários da empresa C.I. Moura Bezerra, que dinamitou as rochas na localidade para extração de pedras e confecção de paralelepípedos.

Já o acusado Elilson de Albuquerque Rocha Lima era proprietário da Fazenda Santa Maria e permitiu a entrada dos outros, mesmo tendo ciência de que aquela área estava inserida na área da pretendida T. I. Anaro, visto que a demarcação já havia ocorrido por meio da portaria do Ministério da Justiça que declarou aquela região como de posse permanente dos índios Wapixana.

Conforme a decisão da Justiça, mesmo que não tivesse ocorrido a demarcação da T.I. Anaro e mesmo que se tratasse de uma propriedade privada, o então proprietário da fazenda jamais poderia ter autorizado a entrada de terceiros naquela área para fins de retirada de material mineral, uma vez que os recursos minerais considerados bens da União e sua pesquisa e lavra dependem de autorização ou concessão.

Antônio Belém de Macedo é conhecido como "Dr. Belém" e responde também a outros crimes como peculato, corrupção ativa, quadrilha ou bando, crimes em licitações, ambientais, com diversas ações penais e inquéritos policiais constantes em seus antecedentes, além de ser processado por manter trabalhadores à condição análoga à de escravo.

"As circunstâncias e consequências foram gravíssimas porque houve a destruição de recursos minerais (rochas, vegetação, etc), em área de preservação permanente onde há afloramento do lençol freático, com danos ambientais de extensa gravidade, realizado em região próxima ao monumento arqueológico denominado Pedra Pintada, tudo conforme descrito no Laudo Pericial e documentos e fotografias constantes nos autos", afirma trecho da decisão.

Fonte: Procuradoria da República em Roraima



Espírito Santo é Condenado a Pagar R \$ 100 mil de indenização a quilombolas da Comunidade de São Domingos

SÍTIO CEDEFES, 15.12.2013

Valor é Referente a Danos Morais Coletivos praticados contra a Comunidade de São Domingos, causados POR Atuação policial abusiva

O Ministério Público Federal los São Mateus (ES) conseguiu na Justiça Que o Estado do Espírito Santo tenha Que Pagar indenização de a R \$ 100 mil POR Danos Morais Coletivos praticados contra a População quilombola da Comunidade de São Domingos, no município de Conceição da Barra, Norte do Estado. Mais de 30 quilombolas FORAM Presos de forma ilegal los de 2007, SEM mandado UO Estado de flagrante delito.

A Atividade militar FOI PREPARADA DEPOIS da Notícia de Opaco alguns quilombolas teriam furtado madeira da Aracruz Celulose. Por Conta Disso, FOI Preparado TODO hum aparato policial parágrafo efetuar uma Busca e apreensão dos supostos materiais: FORAM Ate O Equipes locais fazer Batalhão de Missões Especiais (BME), da 3ª Companhia do Batalhão Militar do Meio Ambiente (BPMA) e Três Grupos da 5ª Companhia Independente.

De Além de Serem encaminhados para à delegacia de São Mateus e Localidade: Não Pará uma de Conceição da Barra, locais de SUAS Moradias e Onde supostamente teriam ocorrido OS Fatos, Os quilombolas FORAM mantidos POR Quase hum dia INTEIRO incomunicáveis. Liberados somente à Noite, SEM um DEVIDA lavratura de auto de Prisão em flagrante, Nao tiveram QUALQUÉR Assistência parágrafo retornar AO município de Origem. Verificou-se, AINDA, OS Opaco quilombolas FORAM algemados SEM Que houvesse necessidade de para tal Medida, JA Opaco Localidade: Não apresentaram Resistência à Atividade policial.

Danos morais - A Justiça acompanhou o Entendimento fazer MPF / ES, Opaco considerou abusiva e agressivamente desnecessária a Atuação policial Nesse Caso. According to a decisão, "tal Fato implicou los túmulo desrespeito um DIREITOS Humanos de Fundamentos de dezenas de indivíduos de UMA MESMA Comunidade, Que presenciou de Todos os acontecimentos e vivenciou, Como Grupo, um desrespeito Que Gerou Claro Dano moral à População quilombola da Comunidade de São Domingos, configurando situacao de humilhação, Perseguição, Tratamento Como UMA subcategoria de cidadãos, impondo-se uma Reparação POR Meio de indenização ".

Por Tudo ISSO, a Justiça determinou a indenização em R \$ 100 mil, valor Que da Devera servi Destinado a UM DOS Projetos voltados AO Desenvolvimento de Ações de Inclusão e Sustentabilidade Das Comunidades quilombolas desenvolvidos Pela Fundação Cultural Palmares. Caberá AO MPF a Fiscalização da Correta destinação Desses Recursos.

O Número do Processo consulta parágrafos nenhum sítio da Justiça Federal E 0000563-91.2010.4.02.5003.

Fonte: Procuradoria da República no Espírito Santo



Nota pública contra o genocídio dos 5 mil Guarani Nandeva de Yvy Katu
SÍTIO CEDEFES, 15.12.2013

Ministério da Justiça não pode permitir que PF realize genocídio contra 5 mil Guarani em favor da elite agrária

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) vem a público alertar a sociedade brasileira sobre o risco de genocídio iminente da comunidade Guarani Nandeva do Tekoha Yvy Katu, nos municípios de Iguatemi e Japorã, na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

Em cumprimento a quatro decisões judiciais de reintegração de posse contra os indígenas, agentes da Polícia Federal afirmaram, em reunião com entidades defensoras dos direitos humanos, que realizarão o despejo da comunidade no próximo dia 18 de dezembro.

Em carta à sociedade brasileira, os indígenas de Yvy Katu, por sua vez, reafirmaram que não deixarão a terra reconquistada, e resistirão até a morte para defendê-la.

Convocamos toda a população a se engajar na defesa da vida de mais de 5 mil indígenas Guarani que lutam pela demarcação de seu território tradicional, de onde foram expulsos pelo agronegócio e pelo estado brasileiro.

Exigimos que o governo federal se posicione radicalmente em favor da comunidade e finalize o processo de demarcação da terra indígena Yvy Katu, que há 10 anos espera pela uma assinatura do decreto de homologação da terra pela Presidência da República, etapa final da demarcação da área.

Pedimos, também, a celeridade e sensibilidade do presidente do Tribunal Regional Federal da 3a. Região (TRF-3), Newton De Lucca, para que julgue favoravelmente a suspensão das reintegrações de posse contra a comunidade indígena.

Os indígenas tem anunciado publicamente que não irão sair, e irão resistir até a morte em seu território. O governo federal deve concluir imediatamente o processo de demarcação da terra indígena Yvy Katu para evitar uma chacina, ou todo o derramamento de sangue será de responsabilidade da Presidência da República e do Ministério da Justiça.

Num contexto de ofensiva do setor agropecuário no Mato Grosso do Sul e no Brasil, expressos recentemente em ataques e ameaças de morte contra lideranças indígenas; no Leilão da Resistência - convocados por entidades do agronegócio do estado para financiar segurança privada contra indígenas -; e na instalação da Comissão Especial da PEC 215 na Câmara dos Deputados, somente uma tomada radical de posição do governo federal favorável à comunidade indígena evitaria o que poderá ser um dos maiores massacres da história contemporânea deste país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 228 / 2013

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

Yvy Katu é a primeira terra na lista de territórios prioritários estabelecida pelos indígenas e governo federal após a morte do Oziel Terena. Não é possível que o primeiro passo para a

CONT.

solução do problema seja a permissão do ministro da Justiça para que a Polícia Federal realize um genocídio em favor da elite agrária sul-mato-grossense.

13 de dezembro de 2013

Conselho Indigenista Missionário

PMs retiram índios e ativistas que ocupavam prédio vizinho a museu no Rio
SÍTIO BOL, 16.12.2013



Policiais militares fazem operação para desocupar prédio do antigo Museu do Índio, no Rio

O Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro retirou na manhã desta segunda-feira (16) um grupo de manifestantes, entre indígenas e ativistas, que ocupavam desde domingo (15) um prédio vizinho ao antigo Museu do Índio, no Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro.

De acordo com a PM, 15 pessoas foram detidas após supostamente oferecerem resistência para sair do prédio. Elas estão sendo encaminhadas para a delegacia da região (18ª DP). A ação começou por volta das 6h e contou com 150 policiais do Choque e do batalhão de São Cristóvão (4º BPM).

A Radial Oeste, na altura do Maracanã, chegou a ser fechada por aproximadamente três horas para que não houvesse maiores transtornos durante a retirada dos manifestantes. A via já foi liberada pela Polícia Militar.

O Centro de Operações orienta os motoristas que vêm do Méier e região e seguem em direção ao centro a seguir pela rua Visconde de Niterói. Por causa da interdição, há reflexos na avenida Marechal Rondon, na rua São Francisco Xavier e na avenida Professor Manuel de Abreu.

Segundo o governo do Estado, o imóvel ocupado abriga um escritório da Emop (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio). No local, serão construídas "estruturas temporárias" para o complexo esportivo do Maracanã, palco da Copa do Mundo de 2014.

CONT.



Alguns manifestantes também chegar a entrar no prédio do antigo Museu do Índio, que foi rebatizado de "Aldeia Maracanã" pelos indígenas que viviam no local até o cumprimento de um mandado de reintegração de posse, em março deste ano. No local, será construído o Museu do Futebol.

Prédio foi tombado após manifestações

Em agosto deste ano, a prefeitura tombou de forma definitiva o antigo prédio do Museu do Índio, que fica ao lado do Maracanã e integra o complexo esportivo. O local também é conhecido como Aldeia Maracanã. O governo previa demolir o local.

Em janeiro, o governador do Estado, Sérgio Cabral (PMDB), desistiu de realizar a demolição, mas previa transformar o imóvel em um museu olímpico, como parte das obras para a Copa e os Jogos Olímpicos de 2016. O Executivo estadual voltou atrás após ser pressionado por manifestações em favor dos índios.

O tombamento era uma das reivindicações do grupo de indígenas que ocupava o local. Eles foram retirados de lá em março, depois de uma polêmica reintegração de posse.

Na ocasião, a PM utilizou balas de borracha e bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo para dispersar uma manifestação em favor do índios, e teve que retirá-los à força.



Índios acusam Consórcio Maracanã de ocupar terreno no Rio de Janeiro
SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 16.12.2013

Rio - Cerca de 40 indígenas e manifestantes ligados à preservação da memória dos povos indígenas ocuparam, na madrugada deste domingo, 15, o terreno em que funcionou o Laboratório Nacional de Agropecuária, prédio desativado próximo ao estádio do Maracanã, zona norte do Rio de Janeiro.

Às 16h30, 20 policiais militares do Batalhão de Choque retiraram os manifestantes. Segundo a Polícia Militar (PM), a saída foi pacífica, mas eles reclamaram de que houve truculência por parte dos policiais.

Quatro indígenas permaneceram no local para tentar negociar com os oficiais da PM. O advogado Wadih Damous, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), participou das negociações.

Os manifestantes afirmam que o terreno, em que o Consórcio Maracanã, gestor do estádio, instalou equipamentos para a obra do entorno do estádio, pertence aos índios. Disseram também que o consórcio não poderia ter demolido um dos galpões do antigo laboratório. A questão está em debate no Judiciário.



Após 4 ordens de despejo, índios anunciam “morte coletiva”

SÍTIO ATLÂNTIDA FM, 16.12.2013

Apesar das quatro ordens da Justiça Federal de Naviraí, expedidas , e que obrigam os cerca de 4 mil indígenas a desocuparem fazendas do Sul do Estado, os guarani-kaiowá afirmaram em carta que irão resistir e já anunciam morte coletiva. O documento foi divulgado pelo Conselho Aty Guassu e expressa a indignação dos indígenas que vivem na região de Japorã/MS.

A terra denominada Yvy Katu é motivo de brigas judiciais há mais de 10 anos.

Para os índios, as decisões favoráveis aos ruralistas significam que a “Justiça do Brasil está mandando matar todos os índios”, afirma o texto.

Os índios afirmam que querem morrer juntos e que devem ser enterrados no mesmo local e a decisão é definitiva.

“Solicitamos ainda à presidenta Dilma, à Justiça Federal que decretou a nossa expulsão e a morte coletiva para assumir a responsabilidade de amparar e ajudar as crianças, mulheres e idosos sobreviventes aqui no Yvy Katu que certamente vão ficar sem pai e sem mãe após a execução do despejo pela força policial”, expõe a carta.

Diante da afirmativa de que irão lutar e resistir ao envio de forças policiais que devem ser encaminhadas ao local para cumprir as ordens da Justiça, os guarani explicam que deram início a um ritual religioso raro que diz respeito a despedida da vida da terra.

Uma das lideranças da região, Estevão Freitas, 47, disse , que os rituais estão sendo praticados por todos os indígenas e que se resumem a rezas. “Estão todos preparados, nos cremos nisso e começamos a nos preparar para deixar a vida.

Tudo isso por causa das armas de fogo dos brancos”, explica o líder.

O conselho encerra a carta dizendo que os índios não irão recuar e que preferem morrer no campo de batalha.

Arnaldo Santos com/ Campo Grande News



Índios pedem que Coca-Cola não compre açúcar de suas terras

SÍTIO REVISTA EXAME, 16.12.2013

Índios guaranis pedem a multinacional Coca-Cola que deixe de comprar açúcar da empresa americana Bunge, que utiliza matéria-prima de terras indígenas

Londres - Uma comunidade brasileira de índios guaranis pediu a multinacional Coca-Cola que deixe de comprar açúcar da empresa americana Bunge, que utiliza matéria-prima de terras indígenas espoliadas, publicou nesta segunda-feira a ONG Survival International.

Sediada em Londres, a ONG alega que os índios são obrigados a viver em um pequeno pedaço de floresta rodeado de plantações de cana-de-açúcar, e que seus filhos adoecem por causa dos pesticidas.

Em comunicado, a Survival explicou que a Coca-Cola compra açúcar da Bunge, que por sua vez compra cana-de-açúcar de "terras roubadas dos guaranis" por fazendeiros para produzir biocombustível.

A companhia de bebidas se comprometeu há pouco com a ONG britânica Oxfam a não ser cúmplice do furto de terras indígenas, uma promessa que, segundo a Survival, está sendo descumprida se a associação com a Bunge for mantida.

"A Coca-Cola deve deixar de comprar açúcar da Bunge. Enquanto estas empresas lucram, nós nos vemos obrigados a suportar a fome, a miséria e mortes", afirmou um porta-voz guarani.

A comunidade guarani de Jata Yvary, que vive no Mato Grosso do Sul, é formada por 370 pessoas, viu a maior parte de suas terras ancestrais se transformarem em plantações para a Bunge.

De acordo com a Survival, as terras foram roubadas por poderosos fazendeiros que as utilizam para pecuária e para a produção de cana-de-açúcar e soja.

Os líderes tribais são sistematicamente assassinados ao tentar defender seus direitos e outros membros da tribo se suicidam por desespero, denunciou a ONG.

A Survival, que também fez um pedido para que a Bunge que deixe de comprar matéria-prima de terras em litígio, e pede às autoridades brasileiras que protejam a terra dos guaranis antes do Mundial de futebol de 2014.

Quanto a Coca-Cola, o diretor de Survival, Stephen Corry, sublinhou que, enquanto seu acordo com a Bunge continuar, a promessa da empresa contra o roubo de terras "é vazia de conteúdo".



Índios: 0,4% da população, 0% de produção e 13% do território nacional

SÍTIO RÁDIO 104,7 FM, 16.12.2013



Santa Catarina é o sexto maior produtor de alimentos com apenas 1,3% do território nacional. Decisões equivocadas ou baseadas em laudos fraudulentos – segundo o próprio ministro José Eduardo Cardozo – criam conflitos entre índios e agricultores. As reservas indígenas ocupam hoje 13% da área total do Brasil. As terras agricultáveis, que respondem por 200 milhões de toneladas de grãos, ocupam 8% do território. A população indígena é de 0,4% dos brasileiros. Funai, Ongs patrocinadas por multinacionais, padres oportunistas e antropólogos suspeitos querem

eleva para 25% do território nacional as reservas indígenas. Os dados foram denunciados em Brasília pelo deputado Valdir Colatto (PMDB).

Blog Moacir Pereira

Presidente da Funai diz que são necessárias ações concretas para resolver conflitos entre produtores e índios

SÍTIO CLICK HOJE, 16.12.2013



O ano de 2014 foi marcado pela intensificação das disputas de terras entre produtores rurais e indígenas. Algumas medidas para solucionar o impasse estão sendo discutidas, como por exemplo, transferir o poder de decisão nos processos demarcatórios do Executivo para o Congresso Nacional. Em entrevista exclusiva para o Canal Rural, a presidente da Fundação Nacional do Índio, Maria Augusta Assirati, diz concordar com o pagamento de indenizações a produtores rurais e defende que apenas ações concretas podem contribuir para a pacificação dos conflitos.

Um dos principais problemas envolvendo o campo na atualidade têm sido conflitos pela demarcação de terras indígenas. É um problema histórico, mas como fazer pra solucionar?

Maria Augusta: Acho que o primeiro passo é a disposição de todos para resolver a questão. O fato dos órgãos públicos estarem abertos para fazer essa reflexão, esse debate, para verem como podem melhorar o seu trabalho. É também as partes envolvidas estarem dispostas, os indígenas lutam historicamente para garantir o direito à ocupação tradicional das suas terras, isso é garantido pela constituição. E por outro lado, tem os produtores rurais que também dependem e usam a terra para produção e, muitas vezes, tem título. E eles precisam estar abertos e precisam se despir de preconceitos para que possamos fazer esse debate. Além de encontrar saídas a partir do diálogo, compreensão dos direitos envolvidos, interesses colocados para poder chegar a soluções. E evidentemente, ter ações concretas. Em se identificando possibilidades de aperfeiçoar procedimentos, buscar soluções concretas que cabem para uma determinada região, isso tem que ser implementado, concretizado. Não basta só dialogar, precisamos também implementar ações concretas que possam ir equacionando esses conflitos, essas disputas pela terra, de maneira a seguir o que o nosso ordenamento jurídico determina, garantir os direitos que estão envolvidos e de maneira pacífica.

Está para sair uma portaria do Ministério da Justiça que vai prever que outras instituições federais também participem desse processo de demarcação de terras.

A ideia é otimizar o processo, trazer de forma mais clara algumas previsões que já constam no Decreto 175, que regula essa matéria. Como por exemplo, a participação que já é permitida de alguns órgãos públicos e entidades. O que vem sendo bastante discutido que é o fato da própria Funai analisar as contestações que são opostas ao relatório. Isso vai ter um mecanismo

CONT.



que faz com que as contestações sejam analisadas no âmbito do Ministério da Justiça. Isso vai garantir que o processo transcorra de forma mais tranquila com mais segurança a todos os entes envolvidos nesse processo de demarcação.

Muito se fala na necessidade de regulamentação do parágrafo seis do Artigo 231 da Constituição Federal. O que ele vai trazer de novidades?

O parágrafo seis trata do usufruto exclusivo dos indígenas dos recursos naturais das suas terras. E prevê que, de fato, tem que ser regulamentada de forma infraconstitucional qualquer tipo de mitigação a esse usufruto exclusivo. A regulamentação deve tratar de situações de sobreposição de terras indígenas a unidades de preservação, equipamentos públicos ou vias de acesso que tenham que passar por dentro de uma terra indígena, porém tem algumas propostas que tramitam que, no entender da Funai, não tratam do assunto em questão, mas ligam regulamentação a demarcação das terras indígenas. Então, em nenhum momento, o 231 fala na restrição do direito de ocupação tradicional dos temas indígenas, que é um direito originário, e a regulamentação não deve tratar de restrições à ocupação tradicional das terras e, portanto, à demarcação, mas sim da questão do usufruto exclusivo dos recursos naturais das terras indígenas.

A senhora esteve no Senado e é favorável aos produtores que tenham um documento provando que são donos da terra, em caso de demarcação de terras indígenas, que eles recebam indenização.

Sem dúvida nenhuma, é preciso que a gente tenha um tipo de compensação mais atrativa pra esses produtores que tenham algum tipo de título. Embora a Constituição determine anualidade desses títulos quando se trata de terra indígena, é preciso ter algum tipo de compensação para que também as pessoas não carreguem um prejuízo extremo nesse processo de demarcação de terras indígenas.

Há uma proposta de emenda à Constituição que cria quatro vagas para índios na Câmara dos Deputados. O que a senhora acha disso?

Evidentemente, que o importante se abrir na sociedade, nas instâncias públicas, oportunidades para que os indígenas possam de fato ocupar espaços também. É importante, é simbólico que tenhamos uma proposta nesse sentido. O que precisamos é saber quais os melhores caminhos para fazer com que os povos indígenas possam ocupar esses espaços públicos.



Funai e religiosos missionários jogam índios contra agricultores em Mato Grosso do Sul

SÍTIO CANAL DO PRODUTOR, 16.12.2013

*Da Revista VEJA/ Por Robson Bonin

Em nome de uma ideologia primitivista, a Funai e os religiosos do Cimi jogam índios contra pequenos agricultores e até assentados do Incra em Mato Grosso do Sul. Estão semeando ventos que vão produzir uma tempestade no campo.

O cenário bucólico no município de Iguatemi, em Mato Grosso do Sul, onde hoje mora o agricultor José Joaquim do Nascimento, é apenas aparente. Em outubro passado, a 17 quilômetros dali, Zé Alagoano, como é conhecido esse senhor de 91 anos de idade, foi expulso pela segunda vez do seu sítio. Armados de porretes e facões, índios guaranis-caiovás cercaram a casa da família e ameaçaram atear fogo em tudo, caso a família não abandonasse imediatamente as terras. Um caminhão arrumado às pressas levou os poucos e rústicos móveis. Zé Alagoano deixou para trás as galinhas, uma vaca leiteira e um motor do pequeno engenho de farinha. Nos dias seguintes, os índios depredaram a propriedade. Até as madeiras do telhado e as esquadrias das portas e janelas foram arrancadas, transformando a antiga casa em um monte de ruínas. Amparado por advogados de um vizinho, ele conseguiu a reintegração de posse das terras recebidas do governo e cultivadas pela família há mais de cinquenta anos. Com receio de que a ação policial possa gerar um confronto, as autoridades se recusam a cumprir a ordem judicial.

A convivência entre índios e agricultores na região é historicamente pacífica. O que mudou para pior - muito pior - o convívio foi a decisão da Funai, por razões políticas e ideológicas, de criar no Brasil uma "questão indígena". Nada mais fácil. Afinal, quem pode ser contra a defesa dos selvagens puros e inocentes diante do poder econômico e da maldade intrínseca do homem branco europeu, esse predador nato, mercantilista frio, pronto a matar para roubar até satisfazer sua fome de riquezas? Essa narrativa é cativante. Mas ela é apenas isso, uma narrativa. Na vida real, o que se observa é que a Funai e seus aliados no Conselho Indigenista Missionário (Cimi) estão levando a manipulação política das populações indígenas a níveis intoleráveis, ilegais e em franco desafio à Constituição. Na vida real, o que ocorre é que a Funai e o Cimi estão insuflando os índios não apenas contra as grandes propriedades e o agronegócio.

Agora as vítimas são pequenos produtores de agricultura familiar - brasileiros pobres e trabalhadores que vivem em áreas que nunca pertenceram aos índios e nem sequer são disputadas pelas lideranças indígenas. Incentivados pelos funcionários da Funai, os índios promoveram neste ano 105 invasões, 67 delas em Mato Grosso do Sul. Eles invadiram terras de reservas demarcadas ocupadas por fazendeiros? Não. Invadiram terras que eram comprovadamente habitadas por índios em 1988, ano-base para os processos legais de demarcação de acordo com a Constituição brasileira? Não. Eles invadiram terras que os

CONT.



antropólogos e os religiosos do Cimi decidiram pelos critérios deles que devem ser entregues aos índios. Os critérios da Funai e do Cimi são bastante peculiares. Com base neles, estão sendo reivindicadas como reservas indígenas áreas produtivas e até cidades em Minas Gerais, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

No domingo 8, o produtor rural Ivagner José Varago pensou duas vezes antes de tomar uma decisão: posar para uma fotografia na porteira da Fazenda São José, invadida pelos índios em outubro. Ameaçado de morte, ele não voltava ao local desde o dia em que fora forçado a abandonar a casa na calada da noite. "Durante a madrugada, os índios cortavam as cercas, matavam o gado, botavam fogo no pasto, a gente não podia sequer sair", conta o produtor, que agora mora com a mãe na cidade. "É uma sensação muito dolorosa, de revolta, de impotência, você não poder entrar na sua propriedade", diz ele, observando o vaivém dos índios. Dono da propriedade desde 1979, Varago conta que já gastou boa parte das economias da família para pagar advogados e peritos que auxiliam no processo de reintegração que tramita na Justiça. "A gente sabe que o culpado não é o índio. Os responsáveis por isso são essas ONGs, a Funai e o Cimi, que envenenam a cabeça deles." Do lado dos índios, a insatisfação é a mesma: "Nunca tivemos conflito com os fazendeiros. Os dois lados querem resolver essa questão. O problema é que o governo fica enrolando. A Funai só vai resolver isto aqui depois que acontecer alguma coisa. Depois que morrer alguém. Aí vão olhar aqui", diz o índio Karajá.

Na semana passada, um evento em Campo Grande marcou o início de um movimento dos agricultores para arrecadar recursos para financiar manifestações, pagar honorários de advogados e ampliar a segurança nas propriedades ameaçadas. Isolado em sua fazenda e sem a garantia de segurança policial no caso de um confronto com os índios, Leonardo Palmieri disse a VEJA que está disposto a ir às últimas consequências para defender o que é seu: "Isto aqui virou uma terra sem lei. Eu nunca pensei que tivesse de comprar uma arma para me proteger dentro da minha própria casa. Os fazendeiros de Sidrolândia estão dispostos a morrer dentro da terra deles. Eles têm habeas corpus preventivo, armas registradas e estão seguindo a lei. Já que a Força Nacional não nos ampara, a polícia diz que não pode vir aqui, então nós temos de nos defender sozinhos". Em Brasília, tenta-se tirar da Funai o monopólio sobre a demarcação de terras indígenas. O governo quer a participação de outros órgãos no processo. A proposta, apresentada em junho por Gleisi Hoffmann, ministra-chefe da Casa Civil, foi atacada ferozmente pela Funai e pelo Cimi. Mas é vital que se chegue a algum critério civilizado, legal, amparado pela Constituição, um marco jurídico que garanta a integridade das propriedades agrícolas vizinhas às reservas indígenas demarcadas - e uma política indigenista que preserve a saúde, a cultura e o bem-estar dos descendentes das populações pré-colombianas do Brasil.

José Joaquim do Nascimento muda o semblante quando fala do sítio da família em Japorã, um pequeno município de Mato Grosso do Sul. Apesar dos 91 anos, as lembranças permanecem intactas: "Meu passatempo era cuidar do sítio. Pescar, plantar mandioca, batata, cuidar do gado....". Encravada no coração da crise criada pela Funai na região, a terra de Zé Alagoano, como ele é conhecido, foi uma das primeiras a ser invadidas pelos guaranis-caiovás. Da casa simples, sobrou apenas uma foto. Índios armados de porretes e facões invadiram a propriedade. Zé Alagoano deixou quase tudo para trás. Até chegou a recuperar a posse da

CONT.



terra na Justiça. Em outubro passado, porém, o sítio foi novamente invadido pelos índios. Hoje, ele limpa terrenos baldios para complementar a aposentadoria.

Favelas indígenas

favela_indigenaOs índios guaranis-caiová sempre tiveram uma convivência pacífica com os agricultores do estado. "Nunca tivemos conflito com os fazendeiros. Os dois lados querem resolver essa questão. O problema é que o governo fica enrolando. A Funai só vai resolver isto aqui depois que acontecer alguma coisa. Depois que morrer alguém. Aí vão olhar aqui", diz Karajá, uma espécie de soldado da milícia criada pelos índios para defender as terras invadidas. Segundo ele, os fazendeiros precisam ser expulsos de suas terras para que a região se torne uma grande "Nação Guarani". Invadidas, as fazendas se transformam em favelas rurais: "Aqui não tem comida, não tem remédio, não tem água. O governo lá em cima não sabe o que a gente está passando". Sobre a iminência de um conflito, Karajá é assertivo: "Não queremos briga com eles (fazendeiros). Mas a gente está aqui para derramar o nosso sangue se for preciso".

Insuflando o conflito

conflitoNa tarde do último domingo, o produtor rural Ivagner José Varago, 40 anos, criou coragem e foi até a porteira da fazenda São José, no centro da invasão indígena controlada pelos guaranis-caiová, em Japorã (MS). Ameaçado de morte, ele não voltava ao local desde o dia em que fora forçado a abandonar a casa. Morando sozinho na propriedade, fazia tempo que ele vivia um clima de terror. "Durante a madrugada, os índios cortavam as cercas, matavam o gado, botavam fogo no pasto e a gente não podia sequer sair", relata. Certo dia, recebeu um telefonema de um guarani que o alertou para que abandonasse a fazenda antes da chegada dos invasores. Dono da propriedade desde 1979, Varago teve de voltar para a cidade e morar com a mãe: "Você não poder entrar no que é seu dá uma sensação de impotência. A gente sabe que o culpado não é o índio. Os responsáveis por isso são essas ONGs, a Funai e o Cimi, que envenenam a cabeça deles".

Matar ou morrer

O fazendeiro Leonardo Palmieri, 46 anos, encarna a face mais preocupante do conflito pela terra em Mato Grosso do Sul. Ele faz parte de um amplo grupo de fazendeiros da região de Sidrolândia que resolveu se armar para defender suas propriedades. Isolado em sua fazenda e sem a garantia de segurança policial no caso de uma invasão, Palmieri afirma que está disposto a ir às últimas consequências para defender o que é seu: "Agora nós vamos nos defender. Os fazendeiros de Sidrolândia estão dispostos a morrer dentro da terra deles. Eles têm habeas corpus preventivo, armas registradas e estão seguindo a lei". A fazenda de Palmieri pertence à família há quatro gerações. "O que o governo está esperando para resolver isto aqui? Está esperando morrer mais gente?", pergunta Palmieri.

Mara quer reforma agrária indígena

SÍTIO SUL NEWS, 16.12.2013

FERNANDA FRANÇA



A deputada estadual Mara Caseiro (PT do B) afirmou que a melhor alternativa para os povos indígenas é se fazer uma reforma agrária, assim como já é proposto ao Movimento Sem Terra (MST) e Federação dos Trabalhadores de Agricultura (Fetagri).

"Não podemos mais isolar os índios e tratá-los de forma diferente, é preciso se estabelecer uma política de terras, com lotes definidos e condições para que eles possam produzir", ressaltou ela.

Caseiro aponta que é preciso pensar na

"evolução" da comunidade indígena, para que eles não fiquem apenas dependentes de programas sociais do poder público.

"Pode existir até uma cooperação da sociedade civil, como a Famasul e outras entidades, mas não se pode continuar tratando a questão das terras indígenas, sem uma política adequada", frisou ela.

ESPERA

A classe política de Mato Grosso do Sul espera que nesta semana as resoluções do governo federal comecem a entrar em prática no Estado.

O deputado Pedro Kemp (PT) afirmou que o cronograma seria apresentado, começando pela fazenda Buriti, em Sidrolândia e se estendendo até Japorã.

O governador André Puccinelli (PMDB) também ponderou que após as adequações do Fepati (Fundo Estadual para aquisição de terras indígenas), de acordo com os requisitos apresentados pela União, todas as condições estão propícias para o início das aquisições das terras em conflito.

TAGS:

Fonte: A Crítica



Deputado ruralista defende “cacete” em indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2013

Alceu Luís Castilho – Outro Brasil

A fala do deputado Giovanni Queiroz (PDT-BA) na quarta-feira não pode passar despercebida. Em audiência pública promovida pelos ruralistas, ele ensinou a “dar um cacete” em indígenas. Conforme relato de Luisa Molina no Diário Liberdade: “O Gatilho da ofensiva ruralista”.

Segue trecho:

- Aplausos e expressões de satisfação rondaram o auditório quando o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), ao falar de como “lidaram” com “o problema indígena” no seu estado com violência. “Ninguém mais contrata advogado. Entrou hoje [indígena na terra], sai na madrugada do dia seguinte. Sai debaixo de cacete”. Ele prossegue, aconselhando outros a contratarem empresas de segurança: “4 horas da manhã você aborda o pessoal [que entrou na terra], chega o cravo no primeiro que reclamar, dá-lhe um cacete, bota em cima de um caminhão e manda devolver”.

Em 2010, o deputado latifundiário declarou R\$ 10 milhões. Vejamos os três itens mais significativos:

-> Área Rural 4.356 Ha – Município De Pau Darco R\$ 6.000.000,00

-> Área Rural 1.840 Ha Em Rio Maria R\$ 2.000.000,00

-> 1.900 Cabeças De Gado R\$ 1.500.000,00

Valor total dos bens declarados: R\$ 10.421.200,00

Em 1998 ele possuía R\$ 2,3 milhões. As duas fazendas já estavam lá, com valores menores, mas também significativos em relação ao total: R\$ 1,2 milhão e R\$ 555 mil.

Segundo o site A República dos Ruralistas, ele teve uma campanha eleitoral tímida, de R\$ 487.750,00 em doações diretas, feitas por empresas do ramo sucroalcooleiro, frigoríficos e uma mineradora. Entre elas a a Cosan S/A Açúcar e Alcool, a Agropastoril do Araguaia Ltda, o Frigorífico Rio Maria Ltda e a Mineração Buritirama S/A.



Evento discute políticas para povos indígenas no Brasil

SÍTIO DOURADOS AGORA, 16.12.2013

Educação escolar e saúde indígena foram os principais temas tratados durante reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista.

Representantes indígenas, governamentais e da sociedade civil estiveram reunidos no 22º encontro da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) para discutir pautas da política para os povos indígenas brasileiros. O evento, realizado em Brasília, teve duração de dois dias.

Temas como educação escolar, saúde indígena e arranjos institucionais da Fundação Nacional do Índio e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) estiveram em debate.

Os participantes também avaliaram a 5ª Conferência Nacional da Saúde Indígena e fizeram um balanço do exercício de 2013 da Comissão.

Para Bianca Coelho, da Secretaria de Saúde Indígena, a 5ª CNSI propôs diretrizes para construir uma nova política para a saúde indígena.

“É importante salientar que pessoas que nunca saíram de suas aldeias puderam vir a Brasília para relatar suas dificuldades e contribuir com a elaboração de propostas que melhorem a política de saúde indígena do país”, afirmou.

O representante da região Nordeste/Leste, Marcos Xucuru, ressaltou a forma democrática como a Conferência foi feita e pensada, com o processo de escuta de todas as pessoas ligadas ao tema e a participação das lideranças indígenas.

Para ele, o desafio agora é tirar do papel as propostas e encaminhamentos da 5ª CNSI.

A presidenta da FUNAI, Maria Augusta Assirati, sugeriu que a CNPI monitore a implementação dessas propostas, de forma a ter o controle da efetividade dos encaminhamentos da Conferência.

Para o representante da Região Amazônica, Dílson Ingaricó, discutir a saúde indígena pressupõe discutir a questão fundiária do país.

“A garantia da terra é fundamental para pensar a saúde indígena e a segurança alimentar. Garantir a terra é garantir produção de alimentos. É garantir qualidade de vida para os indígenas”, afirmou o Ingaricó.

Demarcação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 228 / 2013

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

A principal bandeira do movimento indígena, demarcação de terras, foi tema de discussão do primeiro dia da 22ª reunião ordinária da CNPI.

Os integrantes da Comissão discutiram a pauta na tarde do dia 10 com a participação do ministro da justiça, Eduardo Cardozo.

O representante da região Nordeste/Leste, Sandro Tuxá, afirmou que os indígenas estão abertos para o diálogo e ressaltou a necessidade de uma ação urgente do governo para proteger o direito constitucional às terras indígenas.

“Essa questão não pode mais ser pautada pela bancada ruralista. Precisamos da parceria dos órgãos de governo para garantir nossos direitos”, enfatizou.

A bancada indígena da CNPI e as lideranças da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil se manifestaram acerca da minuta de portaria do Ministério da Justiça que objetiva estabelecer instruções para execução do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas de que trata o Decreto 1775/96.

Segundo a APIB, as comunidades estão preocupadas com a medida, que pode representar mais uma ameaça aos direitos territoriais, ao lado de iniciativas legislativas como a Proposta de Emenda Constitucional 215 e o Projeto de Lei Complementar 227. (Fundação Nacional do Índio)

Direitos dos povos indígenas apresentam retrocesso

SÍTIO REVISTA TERRA DA GENTE, 16.12.2013

Pesquisa da USP aponta que leis estão sendo cumpridas, porém não estão sendo registrados avanços na conquista desses direitos



Foto: Arquivo TG

Alguns direitos dos povos indígenas, previstos na Constituição de 1988, vêm sofrendo retrocessos, principalmente aqueles que dizem respeito à terra e à consulta sobre as medidas estatais que os afetam. Estas são algumas conclusões da tese de doutorado do advogado Luiz Fernando Villares, realizada na Faculdade de Direito (FD) da Universidade de São Paulo. Seu estudo aponta que, mesmo com o cumprimento das leis, avanços não têm sido registrados na conquista de direitos.

O objetivo do estudo é construir uma crítica às ações do Estado brasileiro diante das questões que envolvem os direitos dos índios. Além disso, propõe-se a ser uma ferramenta técnica, assim como uma obra jurídica, contribuindo na construção de um País mais plural, que respeita todos seus cidadãos.

A pesquisa foi feita a partir do levantamento e da descrição daquilo que relaciona o direito brasileiro e a política aos povos indígenas nos últimos dez anos, abrangendo os governos Lula e Dilma. Foram analisados documentos oficiais, manifestações dos povos indígenas, manifestações de organizações não governamentais (ONGs), notícias de jornais e decisões judiciais, principalmente do julgamento recente do caso de demarcação Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Recuos

Em outubro de 2013, o plenário do Supremo Tribunal Federal fixou algumas regras sobre a demarcação de terras, que poderão ser interpretadas desfavoravelmente aos povos indígenas. Outras medidas prejudiciais que vêm se arrastando há anos estão no Código Florestal e na paralisação de reconhecimentos territoriais aos indígenas no governo Dilma.

"Tudo isso mostrou como os direitos dos povos indígenas da Constituição de 1988 estão sendo aplicados", diz Villares. Segundo ele, nos últimos dez anos, alguns avanços foram percebidos, como uma maior autonomia política, conquistada pelo esforço e organização dos próprios índios. Apesar disso, a maioria dos direitos previstos constitucionalmente está recuando.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 228 / 2013

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

O estudo aponta que esse retrocesso acontece principalmente no que diz respeito ao direito à terra e à consulta sobre as medidas estatais. Tais recuos são resultado de obras e projetos criados sem diálogos com a comunidade. Como exemplo, Villares cita a usina de Belo Monte, que está sendo construída no Rio Xingu, no Estado do Pará.



Dourados lança dia 18 Ação Saberes Indígenas na Escola

SÍTIO PREFEITURA DE DOURADOS, 16.12.2013

A Prefeitura de Dourados através da Secretaria de Educação, Faculdade Intercultural Indígena e UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) lançam quarta-feira, dia 18, às 18h, a "Ação Saberes Indígenas na Escola". O evento será no auditório da UFGD, na unidade I (antigo Ceud).

A Ação Saberes Indígenas na Escola, instituída pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais. Dourados aderiu ao programa em razão de que o município mantém seis escolas na área indígena e uma escola localizada na Missão Evangélica Caiuá, onde 90% dos alunos são indígenas.

A Ação Saberes Indígenas na Escola é executada pela UFGD em parceria com o Estado, Secretaria de Educação, MEC (Ministério da Educação), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e UCDB (Universidade Católica Dom Bosco).

O objetivo da ação é promover a formação continuada de professores indígenas no processo de alfabetização, respeitando suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem. Durante dois anos os cursistas selecionados das escolas indígenas vão elaborar material didático diferenciado de forma que atenda mais adequadamente realidades étnicas e culturais, previstas na legislação brasileira da Educação Escolar Indígena.

A seleção dos cursistas aconteceu no dia 14 de novembro, na Unidade I da UFGD, onde esteve reunida a Banca de Seleção formada pelos representantes da Secretaria Municipal de Educação, UFGD e Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas, para análise das inscrições, currículos e contagem de pontos dos candidatos.

Após a análise das 27 inscrições, foram homologadas 24 e, dentre estes, classificados sete candidatos que obtiveram a maior nota, um por escola. Os demais candidatos homologados ficarão como suplentes em caso de desistência de alguns dos orientadores classificados.

Mais informações sobre a ação podem ser obtidas pelo telefone (67) 3410-2621, na Secretaria de Educação, com a professora Teodora de Souza, ou na Faculdade Intercultural Indígena, com a professora Neimar Machado de Sousa.



Lei autoriza Executivo abrir crédito no orçamento para o Fepati

SÍTIO FOLHA DO MS, 16.12.2013

Foi sancionada pelo governador André Puccinelli a Lei 4.450, que acrescenta e altera dispositivos da Lei 4.164, que instituiu o Fepati (Fundo Estadual de Terras Indígenas).

O artigo 1º da nova lei estabelece que o Fepati seja vinculado à Seprotur (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo), acrescentando ainda como prioridade a prestação de apoio técnico e assistencial aos proprietários rurais e às comunidades indígenas envolvidas, além da realização de despesas com vistorias, medições, individualização e avaliações de áreas e outras necessidades.

Em seu artigo 6º, a lei autoriza as doações das áreas destinadas às comunidades indígenas para a União, adquiridas com recursos provenientes do Fepati. A nova norma ainda determina que o Poder Executivo, em conjunto com os demais representantes dos órgãos da União, definirá a forma e os procedimentos para a execução dos recursos provenientes de transferências voluntárias.

A lei também autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no orçamento até o limite R\$ 200 milhões, destinado a implantação do fundo. E permite alteração no PPA (Plano Plurianual) para o período 2012/2015. Nele são definidas as prioridades do governo para o período de quatro anos.



Nesta terça-feira acontece reunião para o 1º Encontro Nacional de Negr@s da CSP
SÍTIO CSP CONSULTAS, 16.12.2013

Nesta terça-feira (17), o Movimento Quilombo Raça e Classe discutirá na sede da CSP-Conlutas Nacional a proposta do 1º Encontro Nacional de Negras e Negros da CSP-Conlutas, com probabilidade de acontecer no mês de março de 2014.

O Movimento Quilombo Raça e Classe e a CSP-Conlutas convidam aos movimentos interessados a participarem deste encontro de discussão importante para planejar os próximos passos de luta para o ano que vem.

Confira abaixo a proposta projeto deste importante encontro nacional do movimento negro:

PROPOSTA PROJETO – 1º ENCONTRO NACIONAL DE NEGRAS E NEGROS DA CSP CONLUTAS

DIAS: 22 e 23 MARÇO DE 2014 – SÃO PAULO

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO: CSP CONLUTAS, QRC, SINASEF, ANDES, SINDSEFE/SP, METRÔ/SP, SINTUR/RJ, COMERCIÁRIOS/NI, MIN. SEPE, SINDEESS, SINDREDE, ADIMAP, FNC.

EXECUTIVA ORGANIZAÇÃO: CSP CONLUTAS, QRC, COMERCIÁRIOS, SINTUR/RJ e SINDSEFE/SP

REUNIÃO: 17/12/2013
NACIONAL

HORA: 09:00h

LOCAL: SEDE CSP CONLUTAS

LOCAL: Rua Boa vista , 76, 11º andar – São Paulo – SP

DELEGAÇÕES POR ESTADO: RS, SC, PR, SP, RJ, MG, BA, PB, SE, AL, PE, RN, MA, PI, PA, CE, MT, GO, AP, DF.

ESTRUTURA: CADERNO, PASTAS, CRACHAS, CAMISAS, BOLSAS, FAIXAS, CONVIDADOS, VIDEOS, Cartaz

FORMATO: MESA 1-ABERTURA/REGIM., MESA 2-CONJ/MN, 3-GRUPOS, 4-PLENÁRIA RESOLUÇÕES.

1- JUSTIFICATIVA

A partir de Junho e Julho abriu-se uma nova conjuntura de lutas e de mobilizações por todo o país. Desta vez impulsionadas pela juventude, disseminada pelas redes sociais contra o aumento das passagens e aliada a indignação popular contra o crescente processo de

CONT.



corrupção que se dá no meio parlamentar e as pautas sociais, tão reivindicadas pelos movimentos de nossas bases sindicais e sociais a anos, como, tem dinheiro para a copa mas não tem pra saúde e educação.

A incorporação da classe trabalhadora organizada pelas centrais (impulsionadas pela CSP Conlutas) e a mobilização dos novos organismos surgidos neste processo de Ascenso como Comitês de Lutas nos estados e o povo mobilizado, colocaram os governos em cheque, pressionando-os a garantir a redução das passagens, a acelerar o debate sobre recursos para a saúde e educação, claro que sem responder ainda de fato as necessidades da população – o positivo disto, é que estes processos proporcionaram um avanço na consciência da população que está mais crítica e exigindo mais seus direitos sociais.

Considerando a situação limite em que se encontra a massa negra proletarizada do Brasil e a “derrama” de dinheiro público aos empresários dos megaeventos definimos como temática para a Marcha Nacional da Periferia de 2013: “PELOS AMARILDOS... DA COPA EU ABRO MÃO”. A marcha aconteceu em várias cidades do país, e em cerca de 12 estados do Brasil, em muitos estados a organização e consti. este ano ganhou a adesão e fortalecimento de outros Movimentos de Opressões, Populares, Estudantis e Entidades Sindicais, foram marchas de denúncia e exigências políticas.

A Marcha da Periferia foi um momento que oportunizou darmos um passo adiante na unidade de classe levando em consideração sua especificidade interior. Ela tem a primazia de ser uma iniciativa da comunidade negra proletarizada mas em unidade com outros setores explorados e oprimidos do proletariado brasileiro (operários, professores, bancários, servidores públicos, estudantes, mulheres, homossexuais, etc.).

2-OBJETIVOS

Considerando o processo de reorganização que vem se dando, pós traição do PT, CUT e UNE, que tem se acentuado desde 2010 no movimento sindical, popular e negro, este último com ênfase para o setor dos povos originários (quilombolas e indígenas), e em base ao conjunto de atividades que foram realizadas em todo o Brasil para a construção da Marcha da Periferia de 2013, aliado a conjuntura favorável para as lutas sociais, aberta desde as jornadas de junho, estima-se que possamos construir um Iº Encontro Nacional de Negras e Negros da CSP Conlutas com mais de 1000 mil pessoas. Que serão atingidas por debates e ações, com viés de raça e classe e de autonomia dos governos e patrões. Dentre os objetivos pretendidos, destacam-se:

Objetivo Geral:

A elaboração de um programa de “plano de lutas” da questão racial para a Central, que aprofunde o programa do último Congresso da CSP Conlutas e que tenha uma abrangência na base dos setores sindical, de luta contra as opressões, popular e estudantil.

Objetivos Específicos:

CONT.



Possibilitar a troca de experiência entre diversos setores explorados e oprimidos da classe trabalhadora brasileira e do mundo no combate ao racismo, ao machismo e a homofobia;

Organizar, em âmbito nacional, um polo consciente de lutadores da classe trabalhadora e movimentos sociais para enfrentar os ataques do desmonte do estado e o racismo estrutural dentro da sociedade capitalista organizados e através da luta direta;

Sensibilizar e mobilizar a classe trabalhadora a lutar pela garantia ou conquistas de direitos básicos, mas sempre combinado com as pautas mais gerais da sociedade, levando em consideração o corte de raça e gênero com viés classista e socialista permanentemente;

Levar a juventude negra e pobre a se perceber enquanto vítimas do racismo e do "Mito da Democracia racial"; Elevar o nível de consciência racial da população negra da periferia numa perspectiva de classe;

Estreitar os laços entre a produção cultural revolucionária da periferia com a luta política revolucionária do conjunto da classe trabalhadora;

Criar espaços e políticas permanentes na Central e nos sindicatos que fortaleçam os trabalhadores negros e negra;

Sensibilizar e mobilizar os moradores da periferia a lutar pela garantia ou conquistas de direitos sociais básicos; E a pressionar o Estado a atender suas pautas;

Levar a juventude negra e pobre a se perceber enquanto vítimas de problemas comuns e a elevar o nível de consciência racial da juventude negra da periferia numa perspectiva de classe;

Fortalecer os movimentos de luta contra as opressões, popular e estudantil filiados à Central, no caso específico o Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe como aliado no debate, na formação e organização da questão racial priorizando as bases dos sindicatos e movimentos filiados à CSP Conlutas.

Proposta apreciada durante a Reunião da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, realizada no dia 12/12/2013.



Apoio das Mulheres Camponesas aos povos indígenas do Brasil

SÍTIO CEDEFES, 16.12.2013

Nós, mulheres representantes de 20 estados da Federação, em reunião da Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres CamponesasMMC em Luziânia – Goiás, entre os dias 10 a 12 de dezembro de 2013, acompanhamos com enorme preocupação e indignação mais um ato genocida e de violência contra os povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais. Trata-se da instalação da Comissão de análise e aprovação da PEC 215, que transfere a regularização dos territórios e terras coletivas, bem como a decisão sobre unidades de conservação do poder executivo para o Congresso Nacional, no qual objetiva a concentração das terras e o saque dos territórios.

A partir do nosso compromisso com a vida, a justiça e a pluralidade do nosso país, consideramos essa decisão não apenas um retrocesso absurdo, mas um atentado criminoso contra a vida e direitos das populações indígenas e tradicionais, a natureza e a Mãe Terra.

Ao repudiarmos essa decisão do Congresso, queremos também denunciar as demais ações e decisões que demonstram a clara intenção de rasgar a constituição e retroceder nos direitos sociais conquistados pela luta organizada pelos povos deste país. Entendemos que o atual modelo desenvolvimentista que impulsiona os grandes projetos de infraestrutura, tais como, as hidrelétricas de Belo Monte, Girau e tantas outras, o livre acesso e exploração dos territórios pelas mineradoras e o avanço das fronteiras do agronegócio, levando a desterritorialização, empobrecimento e massacre das populações camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas...

Vivemos um momento de enorme preocupação pelos rumos do nosso país, especialmente com relação à terra e os conflitos gerados pela disputa dos territórios. Nós mulheres camponesas sabemos muito bem o que isso significa. Por isso, diante de mais esses genocídios anunciados, em especial os mais de 5.000 mil indígenas Guarani e Kaiowá do TEKHOHA YVY KATU – Mato Grosso do Sul, e que denunciaram no dia de hoje ao mundo que vão continuar lutando pelo direito de permanecer em seus territórios até a morte. Queremos deixar o nosso total apoio e solidariedade e nos unir ao grito pelo direito aos territórios na luta incondicional pela vida e do Bem Viver dos povos indígenas.

Responsabilizamos o Estado brasileiro, pela situação de violência, mortes e genocídio que poderão advir das recentes decisões contra o direito dos povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais. Esperamos que o governo brasileiro tenha a consciência da gravidade da situação que os povos indígenas são submetidos neste momento.

Fazemos um apelo aos poderes constituídos neste país e aos organismos internacionais para que atuem com justiça e garantam o direito dos povos indígenas aos seus territórios para que possam viver com dignidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 228 / 2013

Brasília, 16 de dezembro de 2013.

Fortalecer a luta em Defesa da Vida
Todos os dias !!!

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil
Luziânia – Goiás, 12 de dezembro de 2013

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>

Charles Carmo: Catadores de recicláveis querem efetivar direitos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2013



Reunidos em Salvador (BA), debateram a inclusão sócio-produtiva da categoria. João Paulo de Jesus, do movimento nacional, apresentou as reivindicações a parlamentares baianos. O deputado Marcelino Galo luta para criar comitê estadual de inclusão sócio-produtiva dos catadores. Fotos: Charles Carmo

por Charles Carmo, de Cruz das Almas(BA) para o Viomundo*

A concentração de renda no Brasil produziu um tipo bastante peculiar de atividade econômica. Expostos à violência do trânsito e das ruas e em situação de alta vulnerabilidade social, os catadores de materiais recicláveis são milhares em todo o país. Precisar o número de catadores em atividade é uma tarefa complexa. Entretanto, as estimativas do IPEA apontam para cerca de 600 mil em todo o país, enquanto o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis afirma que este número é muito maior, devido à sazonalidade da atividade para muitos catadores.

Relegados historicamente ao esquecimento pelo Estado brasileiro, com o avanço da agenda ambientalista os catadores de materiais recicláveis vão assumindo o protagonismo político na luta pela organização da cadeia produtiva da reciclagem e da logística reversa. Organizados em associações ou cooperativas, eles se preparam para uma grande disputa comercial e política.

De olho num mercado bilionário, mais de 400 catadoras e catadores de 23 cidades e 17 territórios de identidade do Estado da Bahia se reuniram no início de dezembro (4/12), na Assembleia Legislativa baiana, para mostrar as tecnologias sociais de coleta e reciclagem que eles desenvolvem, prestando um serviço público ambiental indispensável.

CONT.



Integrando a Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia, presidida pelo Deputado Estadual Marcelino Galo (PT/BA), os catadores souberam aproveitar o fato de que a comissão permite a inclusão de não parlamentares entre seus membros para participar efetivamente de suas reuniões e pautar uma agenda de políticas públicas aos parlamentares e gestores públicos baianos.

Se já conseguiram o direito de serem recebidos pelo Presidente da República no final do ano, tradição iniciada pelo ex-presidente Lula e mantido pela presidenta Dilma Rousseff, a pedido do seu antecessor, os catadores de materiais recicláveis passam agora a revelar a sua força política, aliada à inegável realidade de que capazes de fazer o que já fazem.

Tendo como antecedentes jurídicos as convenções internacionais sobre meio ambiente (Agenda 21, Rio +20), iluminando em determinada medida as discussões sobre a geração e a destinação dos resíduos sólidos, o Brasil, signatário desses compromissos, passou a legislar sobre o tema.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), uma legislação ambiental das mais avançadas do mundo e que demorou mais de 20 anos para ser aprovada, prevê o fim dos lixões em todas as cidades do país em 2014. Como viverão os milhares de trabalhadores que sobrevivem destes lixões?

Para resolver este problema o deputado estadual Marcelino Galo (PT/BA) propôs a criação de um Comitê Estadual para a Inclusão Social, Econômica e Produtiva dos Catadores de Materiais Recicláveis, embasado nos debates promovidos juntamente com os catadores na Frente Parlamentar Ambientalista da Bahia.

“Cabe ao parlamento e ao Estado brasileiro solucionar essa enorme contradição. Ao mesmo tempo em que estabelecemos a reciclagem e a inclusão dos catadores no processo produtivo como objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, as empresas privadas recebem de acordo com o peso e volume do lixo coletado. Por isso mesmo elas não têm interesse na diminuição deste volume”, afirma o deputado que propõe a adoção de medidas integradas para enfrentar a questão. “Como se falar em política pública para os resíduos sólidos sem incluir justamente quem recicla?”, questiona o parlamentar.

Enquanto isso os catadores, incansáveis, seguem construindo a sua agenda política.

Preconceito e violência fazem terreiros se esconderem em BH

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2013



Acolhimento. Mesmo com portas sempre abertas para o público, terreiro no Conjunto Nova Pampulha ainda sofre preconceito de vizinhos

Federação estima que, dos 353 centros da capital, 150 funcionem sem registro ou identificação

Lucas Simões – O Tempo

O som marcante do tambor africano conhecido como atabaque, que vibra alto em homenagem aos orixás, não é mais ouvido há tempos. No fundo de uma garagem escura, a mãe de santo Marlene Silva, 58, prefere não chamar a atenção para as sessões noturnas de candomblé que realiza duas vezes por semana no bairro Santa Efigênia, na região Leste de Belo Horizonte. "Picharam minha casa, jogaram pedras várias vezes. Há cinco anos, cancelei sessões públicas e deixamos de tocar o atabaque para preservar nossa crença", conta. Nos aglomerados da capital, o fenômeno se repete e os terreiros também se mantêm discretos. Apesar de presentes, já não é tão fácil encontrá-los.

Mesmo após mais de 200 anos da aprovação da lei de liberdade religiosa no Brasil, promulgada em 1809, muitos centros espíritas que praticam religiões africanas preferem se esconder por medo de ameaças e agressões. Apesar de o número de terreiros ter quase dobrado em menos de dez anos, a cultura de orixás ainda não pode ser literalmente vista. Levantamento do Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (Cenarab) mostrou haver 170 terreiros na capital e região metropolitana em 2005. Seis anos depois, em 2011, essa listagem

CONT.



subiu para 353 – um aumento de 107% – segundo estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ainda assim, a Federação Umbandista do Estado de Minas Gerais (Feumg) estima que 150 terreiros dessa contagem funcionem sem registros ou placas de identificação, sob a sombra de um preconceito arraigado na sociedade.

“Não querem se mostrar por medo. Muita gente associa a cultura africana ao demônio, e isso é absurdo. No Alto Vera Cruz, os dois que existiam foram fechados há dois anos”, afirma João Magalhães Silva, presidente da Feumg.

Resistência

Há mais de 15 anos como mantenedora do terreiro de umbanda Pai Jacó Africano, no aglomerado Conjunto Nova Pampulha, a mãe de santo Vera Lúcia Campos Cabral, 50, precisou de muita resistência para deixar as portas do terreiro abertas ao público. Após ver vizinhos fecharem ou camuflarem terreiros na região, ela decidiu se abrir.

Pesquisa

Concentração. O governo federal está mapeando terreiros de todas as capitais do Brasil. Até agora, foram contabilizadas Belo Horizonte (353), Porto Alegre (1.342), Recife (1.261) e Belém (1.189).

Detalhes sobre umbanda e candomblé

Em comum. As duas religiões são baseadas em raízes africanas e tiveram a essência das primeiras manifestações na metade do século XV. Cultuam os orixás, como Iemanjá, Oxum e Exu, que são homenageados por seus “filhos” com oferendas.

Umbanda. Nascida no Brasil com influência africana e kardecista, faz consultas através da incorporação de figuras como caboclo e preto velho, os chamados eguns ou guias espirituais.

Candomblé. Religião totalmente africana, realiza suas consultas por meio do jogo de búzios. Não aceita incorporação de eguns, apenas de orixás, considerados deuses.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Programa Nacional de Habitação Rural é apresentado para quilombolas em Caçapava do Sul

SÍTIO SDR/RS, 16.12.2013



A localidade Rincão da Salette, em Caçapava do Sul, foi sede da reunião entre representantes de comunidade quilombola, Emater/RS-Ascar e Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, através da Coordenadoria Regional Campanha. A reunião aconteceu na última terça-feira (10/12) e teve como objetivo apresentar ao público quilombola o Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa, Minha Vida. Participaram 20 pessoas.

As informações sobre o programa foram dadas pelos coordenadores regionais da SDR Nei Mauren e Renato Vaz. Segundo os coordenadores, serão construídas casas com 46m² de alvenaria, com dois quartos, sala e cozinha conjugadas. O beneficiário terá um ano de carência, após a entrega das casas.

Assessoria de Imprensa Emater/RS-Ascar – Regional de Bagé
Jornalista Franceli Couto
fcouto@emater.tche.br



Belo Horizonte, 116 anos: Belo ou Triste Horizonte?, por Gilvander Luís Moreira
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.12.2013

Frei Gilvander Luís Moreira [1], para Combate Racismo Ambiental

Dia 12 de dezembro de 2013, Belo Horizonte, a capital do Estado de Minas Gerais, completou 116 anos de emancipação. Em uma reportagem sobre o aniversário de Belo Horizonte, uma jornalista do site www.bhaz.com.br me fez três perguntas: a) O que hoje torna a Capital mineira uma cidade única? b) Quais avanços marcaram o ano de 2013 para BH? c) Na sua opinião, quais foram os três principais percalços enfrentados pelos moradores de BH neste ano?

Estas três perguntas fizeram-me refletir acerca dos problemas da capital de Minas e do povo belorizontino. Mas, falar em povo belorizontino, esse conceito abstrato, exige mostrar de qual perspectiva devo falar. Pois então digo que faço uma reflexão a partir dos injustiçados da cidade. Isso porque, penso, só construiremos, de fato, uma cidade que possa ter e ser um Belo Horizonte se formos capazes de ver que na cidade não existe apenas a zona chic da Savassi. Em Belo Horizonte existe também muita gente injustiçada. Se não enxergamos essas pessoas, apesar de serem elas as que sustentam com o seu trabalho o bem estar na cidade, ao invés de um Belo Horizonte teremos um Triste Horizonte.

Ora, quando dizem que Belo Horizonte é uma cidade única, penso: nem tanto. Ela não é uma cidade totalmente diferente de tantas outras capitais. Os problemas das grandes regiões metropolitanas são recorrentes aqui. O que há, sim, e isso faz de BH uma cidade especial para nós são as características próprias da capital mineira. Arrisco citar algumas: a) a presença e a valorização dos bares, já que não temos praia, onde se busca um alento à vida tão frenética e acelerada imposta pelo modo de vida moderno, diga-se, a vida a que fomos condenados pelo capitalismo neoliberal; b) muito das relações interioranas que ainda estão presentes no jeito do belohorizontino se relacionar. BH parece uma cidade do interior, mas de porte grande. Basta sair um pouco da região central para sentir o gostinho mineiro pelo cultivo das hortas caseiras, a criação de pequenos animais para o consumo, a religiosidade e "corações acolhedores"; c) a arte e a cultura popular resistindo em meio a tantas represálias. Elas marcam o panorama da Praça Sete, coração de BH, com a beleza da presença dos artesãos de rua, desde os descendentes de cultura hippie às estátuas humanas. Sem esquecer também as pessoas que tocam instrumentos à espera de uma ajuda solidária e as rodas de capoeira que ocupam as praças. Que beleza! E a novidade mais recente: a Ocupação cultural "Espaço Comum Luiz Estrela", na região hospitalar, próxima ao centro de BH, onde um prédio abandonado, há 33 anos, foi ocupado por militantes e artistas da arte e cultural popular. Uma efervescência de arte. Artesãos de rua, como os empalhadores de cadeiras, os malabaristas dos sinais. Quanta criatividade! Tudo para fazer brilhar os olhos e alimentar o coração em uma lógica que não é a da opressão e do lucro. O duelo de MCs, debaixo do viaduto de Santa Teresa, com cinco anos de resistência pela arte e cultural popular. A Assembleia Popular Horizontal, fruto organizado das manifestações populares de junho de 2013. Quanto vigor

CONT.



artístico e cultural, mas tudo isso ainda sem apoio do poder público.

Quanto aos avanços, se é que podemos falar da existência deles, vejo-os no aumento das participações nas mobilizações e lutas populares para a defesa dos direitos humanos fundamentais, como vimos nas jornadas de junho com milhares de pessoas nas ruas, principalmente os jovens. Temos visto também, quase diariamente, o povo se manifestando nas ruas de BH e se organizando de diferentes maneiras para denunciar os desmandos da política empresarial do atual governo municipal que está expulsando paulatinamente as famílias pobres para fora do município. Sob o desgoverno do prefeito Márcio Lacerda (PSB), BH, em 2013, avançou como Cidade Empresa, cidade da idolatria do mercado. O povo pobre, os movimentos sociais populares e as forças vivas do mundo cultural, sindical e intelectual estão sendo ignorados na gestão da cidade. Impõe-se goela abaixo, na prática, um processo de expulsão das famílias pobres para fora de Belo Horizonte. Uma expulsão sorrateira e disfarçada, é óbvio. A Prefeitura já demoliu milhares de casas com o Programa Vila Viva, melhor dizendo, Vila Morta, com o alargamento de avenidas e a construção de viadutos, enquanto só construiu pouco mais de 600 "apertamentos" pelo Programa Minha Casa Minha Vida para famílias de zero a três salários mínimos. Privilegia-se, estupidamente, o uso de carros e não o respeito ao direito de moradia, à garantia de mobilidade para a maioria das pessoas.

Em BH não há programa habitacional para diminuir o déficit habitacional que já ultrapassa 120 mil moradias, estima-se. A saída para os sem-casa é ocupar terrenos abandonados, como é o caso das Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória (cerca de 8 mil famílias), na região do Isidoro, e da Comunidade Dandara, no bairro Céu Azul, com aproximadamente 1.500 famílias. Então, apesar do governo antidemocrático, existe a notícia boa do avanço na consciência do povo empobrecido de que não pode mais esperar a casa própria em fila que não anda e que o correto é ocupar terrenos e construções abandonados para a garantia dos direitos mínimos de existência humana. Assim nos últimos seis anos, mais de 2 mil famílias já construíram suas casas, a despeito da mentirosa fila da habitação popular que não anda, melhor dizendo, só cresce.

Também não podemos esquecer a dura realidade vivida pelos milhares de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte que, sem uma política que assegure moradia e alternativas reais de saída das ruas, sofrem todo tipo de violência. BH é uma das cidades onde mais se mata pessoas em situação de rua: mais de 100 em dois anos. A notícia boa que podemos trazer aqui é a decisão inédita do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na Ação Popular movida pelo Coletivo Margarida Alves. O TJMG proferiu uma decisão histórica dizendo ser roubo institucional o que o Prefeito de Belo Horizonte estava fazendo, ao recolher os pertences pessoais das pessoas em situação de rua. Mesmo com esta decisão, o Jornal Estado de Minas publicou no dia 10 de dezembro de 2012, dia internacional dos direitos humanos, a seguinte notícia: "prefeitura fecha o cerco a moradores de rua: nova instrução da Prefeitura de Belo Horizonte permite fiscais apreender objetos que não sejam indispensáveis aos moradores de rua e que não possam ser carregados de uma só vez." Ora, como pode um prefeito decidir o que é indispensável a uma pessoa, o que lhe é essencial? O que pode e o que não pode lhe ser tomado? Diga-se de passagem que o Tribunal de Justiça havia configurado este tipo de ação da prefeitura como roubo institucional, mas ainda assim o prefeito insiste em fazer.

CONT.



Em BH estão em curso injustiças estruturantes, entre as quais, podemos citar: a) A expulsão dos pobres para fora de BH; b) A imobilidade no trânsito; c) O rechaço da participação popular.

Documento do Ministério Público Federal informa que, de 7.957 remoções realizadas pelo programa Vila Viva em Belo Horizonte, somente 3.950 remoções importaram em reassentamento em unidade habitacional construída por esse programa. Do restante, 496 dos removidos conseguiram adquirir a compra de casa com recursos advindo do PROAS e, a grande maioria dos removidos, 4.310, receberam indenização pela remoção compulsória. As indenizações são sempre injustas, pois não envolvem o valor do terreno, nem o valor histórico e social. Calcula-se somente o valor dos materiais investidos na construção. Na prática é uma fábrica de famílias sem-teto, pois as famílias não terão condições de adquirir nova moradia.

A classe dominante de BH está desgovernando a cidade ao ignorar o valor da participação popular. Temos um prefeito que não escuta o povo e uma prefeitura que vive de portas fechadas, com correntes, cadeados e seguranças. Chama de participação popular o orçamento participativo via internet e as conferências que colocam o povo em disputa por obras e projetos que não irão resolver os problemas mais sérios da população. Aliás, não basta sortear pela internet uma obra. O que o governo tem de fazer é assegurar os direitos de todos da melhor forma possível. O que se vê são os projetos bilionários de interesses da classe dominante encomendados a grandes empresas e impostos de cima para baixo como se fosse isso o interesse público.

Sem poder político e econômico, a classe trabalhadora de Belo Horizonte que, na sua maioria, mora nas periferias da região metropolitana, levanta de madrugada e, em ônibus superlotados e/ou no pouco de metrô que existe em BH, se dedica a construir BH nas obras e serviços de todos os tipos. A esse povo trabalhador, nossa eterna gratidão e admiração. Que possa cada vez mais se unir, se organizar e lutar coletivamente pelos direitos sociais. Só assim construiremos de fato um Belo Horizonte. De outro modo, os donos dos poderes político e econômico continuarão construindo um Triste Horizonte. E assim, ano após ano, nos próximos 12 de dezembro não teremos novamente muito a comemorar. É preciso então dar um basta às falsas políticas. É preciso fortalecer a luta daqueles que de fato fazem dessa cidade um belo horizonte para/com todos.

Belo Horizonte, MG Brasil, 16 de dezembro de 2013.